



Editora Conhecimento Livre

ESTUDOS ORGANIZACIONAIS & CIDADES



**Ana Carolina Júlio da Silva Andrade
Fabiana Florio Domingues**

Ana Carolina Júlio da Silva Andrade
Fabiana Florio Domingues

Estudos organizacionais e cidades

1ª ed.

Piracanjuba
Editora Conhecimento Livre
2020

Copyright© 2020 por Editora Conhecimento Livre

1ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Andrade, Ana Carolina Júlio da Silva / Domingues, Fabiana Florio.
A554c Estudos organizacionais e cidades. / Ana Carolina Júlio da Silva
Andrade. -- Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2020.

74 f.: il.

Formato PDF

DOI: 10.37423/5114884

ISBN: 978-65-86072-45-7

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

1. Estudos Organizacionais. 2. Cidades. 3. Sociedade. Ana Carolina
Júlio da Silva Andrade. I. Título.

CDU: 35

<https://doi.org/10.37423/5114884>

Sumário

CAPÍTULO 1	4
CIDADE "LINDA" PARA QUEM? "LIMPEZA" NA CRACOLÂNCIA, RIGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO	4
CAPÍTULO 2	24
HORANDO A "ESCOLA DO CORAÇÃO": A DÁDIVA COMO PRÁTICA SOCIAL	24
CAPÍTULO 3	46
POR QUE MINHA TESE É POLÍTICA?	46
CAPÍTULO 4	54
TEMPO E ESPAÇO: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AO CONTEXTO NO QUAL UMA ESCOLA DE SAMBA ACONTECE	54

PREFÁCIO

Prefaciador um livro é no mínimo uma tarefa desafiadora, podemos dizer que coloca a prova algumas capacidades que precisamos desenvolver cada vez mais na área acadêmica. Os desafios na educação têm aumentado ano após ano. Cresce o desinteresse dos alunos, pioram os índices que medem a qualidade do ensino, evasão escolar etc. Além de incertezas quanto a qualidade dos alunos, professores e profissionais que se formam a cada período. A missão de um bom prefácio é despertar no leitor a curiosidade, o interesse e ainda apresentar uma “pitadinha” do que se trata cada um dos trabalhos reunidos neste livro. Aceito o desafio, vamos em frente.

“Por que minha tese é política?” parte de uma provocação feita pelo professor que leciona a disciplina de Teoria das Organizações – disciplina obrigatória no currículo do primeiro semestre de aulas do doutorando em Administração pela UFMG. Desde o início das aulas ele reforça a importância de pensarmos criticamente a respeito de quem seremos na academia. Um exercício de pura reflexão que nos faz pensar sobre que professores/ pesquisadores queremos ser. Centrado em uma visão pós-estruturalista o trabalho apresenta uma definição de política para então propor uma compreensão própria. A proposta passa por assumir os termos de uma abordagem teórico-epistemológica situada em um paradigma ético, estético e político, que declara pela defesa de quais interesses luta.

Continuando por um caminho crítico, buscamos observar a percepção das pessoas nas redes sociais a respeito de da ação de retirada da população usuária de crack que habitava aquele território. Ações como essa faziam parte do projeto “Cidade Linda” promovido pela equipe de gestão da prefeitura da cidade de São Paulo à época. A ação truculenta da prefeitura provocou a reação de entidades em defesa dos moradores e usuários que ocupavam a região, mas também o endosso de ações de gentrificação comum em grandes centros urbanos em nome de um suposto desenvolvimento urbanístico. Analisar o que as pessoas falam nas redes sociais, ou melhor, suas opiniões, demonstrou uma falta de empatia no olhar ao outro, mas mostrou também que há pouca percepção da relação entre a ação da prefeitura e “revitalização” da cidade.

A maior e, considerada por muitos, a melhor festa brasileira o Carnaval. O olhar das práticas sociais, a partir da abordagem teórica proposta por Theodore Schatzk, permite-nos pensar o Carnaval para além de seu caráter festivo, mas como um conjunto de práticas sociais organizadas. Múltiplas atividades humanas e arranjos materiais situados no tempo e no espaço, em um dado contexto, que reunidos, contribuem para que escolas de samba atinjam seu objetivo de desfilar na avenida.

Articulando Marcel Mauss – Ensaio sobre a Dádiva – com Schatzk (epistemologia das práticas), “Honrando A “Escola Do Coração”: A Dádiva Como Prática Social”, mostra-nos como outras possibilidades de relações sociais, marcadas pela honra, respeito, afeto e reciprocidade, influenciaram o processo organizativo (organizing) e a vida social de uma escola de samba de Vitória/ES. As dádivas recíprocas se revelam como prática social, fortemente marcadas e organizadas pelas teleoafetividades. Essas teleoafetividades evidenciam que resultados instrumentais/rationais coexistem com sentimentos, emoções, afetos e humores dos atores sociais, podendo também orientar o que as pessoas fazem; sendo as dádivas recíprocas exemplos de ações de “fazer” e “dizer”, de práticas sociais orientadas por essa dinâmica afetiva.

Em “Tempo e Espaço: Significados Atribuídos ao Contexto no Qual uma Escola de Samba Acontece” percorremos a produção para o dia do desfile de uma escola de samba. No entrecruzamento entre tempo e espaço percebemos a atribuição de diferentes sentidos e significados ao contexto no qual as práticas de produção do desfile carnavalesco de uma escola de samba de Vitória/ES se desdobraram, mais especificamente, aos diversos eventos e atividades que ocorreram na quadra da agremiação durante o ciclo carnavalesco de 2014/2015. Há ainda a revelação de um lugar antropológico no qual o tempo está mudando o espaço. Aceite nosso convite venha fazer em um passeio pelos bastidores do Carnaval.

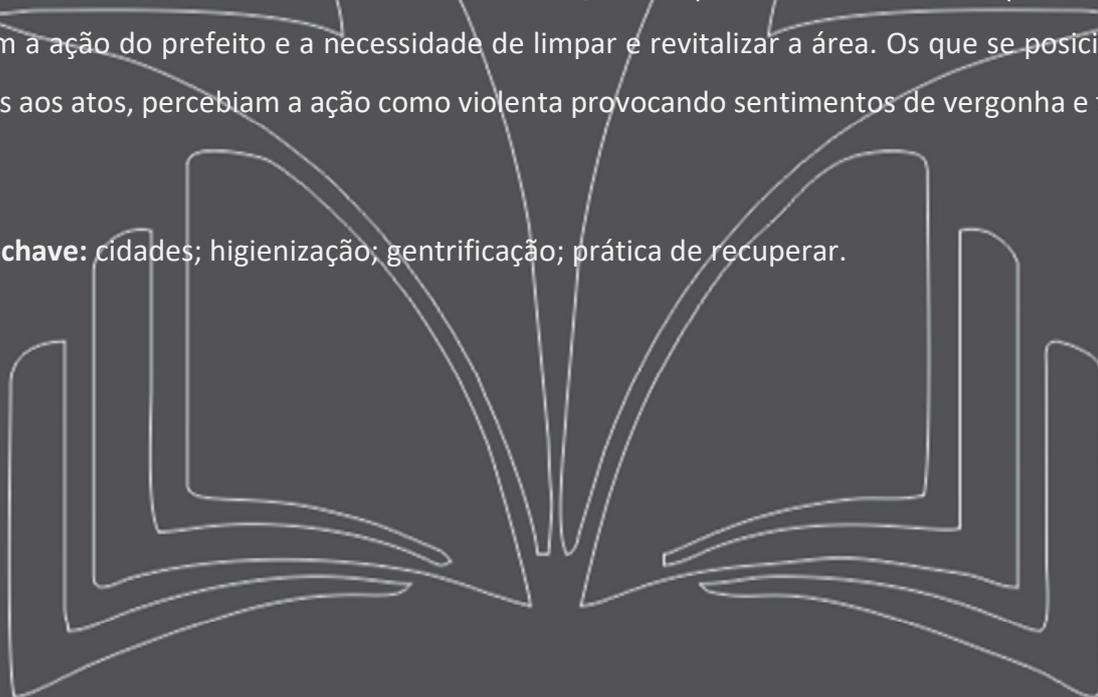
*Ana Carolina Júlio da Silva Andrade
Fabiana Florio Domingues*

Capítulo 1

CIDADE “LINDA” PARA QUEM? “LIMPEZA” NA CRACOLÂNDIA, REGIÃO CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

Resumo: O presente estudo tem o objetivo de revelar como a prática de recuperar no âmbito das cidades, a partir de ações de higienização e gentrificação, é percebida por pessoas que opinaram sobre a ordem dada e executada para retirada de pessoas da cracolândia na cidade de São Paulo. Procuramos interpretar, por meio da análise de conteúdo, os comentários, feitos por leitores, publicados em duas reportagens do portal online de notícias G1. As análises apontaram que a maior parte dos opinantes não percebem a ação no âmbito das cidades, absorvendo o discurso midiático que envolve questões relevantes ligadas a violência e bem-estar social. Entre os que fazem referência aos atos, relacionando-os com a existência urbana, estão polarizados entre os apoiadores que enaltecem a ação do prefeito e a necessidade de limpar e revitalizar a área. Os que se posicionaram contrários aos atos, percebiam a ação como violenta provocando sentimentos de vergonha e tristeza.

Palavras-chave: cidades; higienização; gentrificação; prática de recuperar.



1. INTRODUÇÃO

Cidades com avenidas largas, bem projetadas, “higiênicas” de estilo clean, a cidade à altura dos olhos, na qual tudo se pode ver e admirar, uma cidade que “só é possível, do modo como a vivemos hoje, se o corpo e seus dejetos somem dos olhos” (SOUZA; BECHLER, 2008, p. 396). Na maioria das vezes esses “dejetos” são pessoas, parte da população, aquela parte que deveria ser assistida pelo poder público, mas que é abandonada à própria sorte, mas que a razão dominante e abastada “gostaria de limpar a cidade, homogeneizando seus múltiplos odores e ruídos em uma dimensão desvitalizada e controlável” (VENTURINI, 2009, p. 204).

O problema é que se trata de pessoas, seres humanos, indivíduos esquecidos, indesejados, aqueles que se não se pode ver, não existem. Mas, como fazer para “empurrar para baixo do tapete” uma realidade que pode ser vista pela janela do carro, ou de prédios bonitos de escritórios, que está à vista do comércio, se “eles” estão ali nas ruas, nas praças, “manchando” a vizinhança? Revitalizando, valorizando a região para que possa ser devidamente “comprada” e reapropriada por “novos” moradores.

Nesse contexto, ações de higienização e gentrificação têm sido cada vez mais comuns nas grandes cidades, sejam elas nacionais ou internacionais, bem como tema de interesse em diferentes áreas do conhecimento. Alguns exemplos dessas práticas em outros países podem ser vistos nos trabalhos de Pereira (2015), na cidade de Lisboa; Hedin et al (2012) em três cidades suecas: Estocolmo, Gotemburgo e Malmö; Laam (2012) na cidade de Nova York; entre outros. No Brasil, autores como Jayme e Neves (2010) analisaram a retirada dos camelôs do centro de Belo Horizonte - Sociologia; Loureiro e Amorin (2013) investigaram a requalificação de uma área tombada no centro do Recife para que fosse possível a construção de duas torres de edifícios que destoam da arquitetura histórica do local; Soares (2006) que discutiu transformações urbanas na cidade de Porto Alegre; entre outros.

Outro exemplo, ocorrido recentemente na maior cidade do país pode ser analisado na mesma pauta de “limpeza e organização urbana”. No último dia 21 de maio de 2017, o então prefeito da cidade de São Paulo, João Dória (PSDB), ordenou uma ação policial com mais de 800 policiais. A notícia foi amplamente veiculada em diferentes mídias: jornais televisivos locais e nacionais; a mídia impressa (O

Globo, Estadão, Folha de São Paulo, Metro etc.) e online (portal de notícia G1¹, BOL/UOL², Valor Econômico³, Carta Capital⁴ etc.); além de ilustrar páginas online na imprensa internacional (BBC⁵, Daily Mall⁶, portal de notícias na Nova Zelândia⁷ e Japão⁸, New York Post⁹, entre outros). A ação em si já é estarrecedora, vista por parte da população como um ato de arbitrariedade, pois fere questões relacionadas à direitos humanos mundialmente reconhecidos. Prova disso é que o ato do prefeito foi encaminhado como denúncia para julgamento na ONU (Organização das Nações Unidas), conforme relatado em uma reportagem do portal de notícias UOL.

Não cabe aqui discutirmos questões relacionadas a drogadição, abandono dessas pessoas pelo poder público, ou a ausência de políticas públicas que olhem para esses indivíduos como cidadãos de direito que os são. Nosso intuito é discutir, no âmbito das cidades, práticas higienistas, excludentes e segregacionistas relacionadas ao processo de gentrificação, travestidas em ações de revitalização dos centros urbanos. Para tal, empreenderemos uma discussão teórica a respeito da prática de recuperação dos espaços nas cidades. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo revelar como a prática recuperar no âmbito das cidades, a partir de ações de higienização e gentrificação, é percebida

¹ <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/onu-e-cidh-condenam-uso-excessivo-da-forca-durante-protestos-no-rasil.ghtml>> Acesso em 27 maio 2017.

²<<https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/brasil/2017/05/22/operacao-policial-dispersa-usuarios-da-racolandia-pelo-centro-de-sao-paulo.htm>> Acesso em 27 maio 2017.

³<<http://www.valor.com.br/politica/4979354/cracolandia-alckmin-e-doria-sao-chamados-de-fascistas-e-higienistas>>. Acesso em 27 maio 2017.

⁴ < <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-vez-de-acabar-cracolandia-muda-de-endereco>> Acesso em 27 maio 2017.

⁵<<http://www.dailymail.co.uk/wires/ap/article-4527634/Sao-Paulo-police-mount-operation-clean-crackland.html>> Acesso em 27 maio 2017.

⁶ <http://www.nzherald.co.nz/world/news/article.cfm?c_id=2&objectid=11861180> Acesso em 27 maio 2017.

⁷ <<http://www.japantimes.co.jp/news/2017/05/22/world/crime-legal-world/sao-paulo-police-en-masse-make-sweep-citys-crackland-bid-bust-drug-tradew/#.WSnjNGjyvIU>> Acesso em 27 maio 2017.

⁸ <<http://nypost.com/2017/05/22/violent-crackdown-in-crackland/#1>> Acesso em 27 maio 2017.

⁹ < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/05/30/entidades-pedem-que-onu-cobre-governo-brasileiro-sobre-abusos-na-cracolandia-de-sp.htm>> Acesso em 31 maio 2017.

por pessoas que opinaram sobre a ordem dada e executada para retirada de pessoas da cracolândia na cidade de São Paulo.

Assim, ao tentar responder a questão aqui proposta, tomamos por base os pressupostos da pesquisa qualitativa, que segundo Triviños (1987), se mostra mais apropriada ao levar em conta elementos como subjetividade e validade conceitual. Assim, levantamos os comentários de leitores, publicados nas duas reportagens veiculadas no portal de notícias G1, que foram organizados categorizados a posteriori com as temáticas que emergirem dos dados coletados, para, finalmente, serem interpretados de acordo com o referencial teórico aqui construído.

Este artigo apresenta além desta introdução, na seção dois o referencial teórico que serviu de base de análise e interpretação no qual discutimos o processo de gentrificação em cidades brasileiras e três casos internacionais, buscando justificativas e ação da mídia; seguido por aspectos metodológicos, análise dos dados e considerações finais, além das referências utilizadas.

2. CIDADE, GENTRIFICAÇÃO E MÍDIA: JUSTIFICATIVAS E INTERESSES

Anterior a toda discussão a respeito sobre “requalificação”, “revitalização”, “recuperação”, “embelezamento”, enfim, todos os eufemismos utilizados para dirimir os efeitos dos processos de gentrificação e higienização é tentar responder o que é cidade. Muitos pesquisadores, em diferentes áreas do conhecimento, têm se proposto a este feito, vejamos aqui a definição de Saraiva e Carrieri (2012, p. 552)

A cidade é mais do que um aglomerado de pessoas sobre um dado espaço geográfico; tem uma dinâmica processual coletiva alimentada continuamente por componentes individuais e culturais que implicam a construção de uma identidade local, o que se refere à cidade em si e à gestão desse complexo.

Para Santos (2006, p.59) a cidade ultrapassa o espaço físico, ou seja, “o espaço geográfico é muito mais do que simples oferta de caminhos, ainda que também seja isso”, se caracteriza numa noção de intencionalidade, presente na concepção do espaço. A cidade não pode ser pensada apenas em seu quadro físico, ou como meio ambiente urbano, uma vez que tais abordagens deixam de fora seu conteúdo de prática socioespacial que a molda e, de certa forma, a constrói. Ou seja, enxergar a cidade para além de seus aspectos físicos proporciona uma análise que busca desvendar a própria realidade urbana (CARLOS, 2007). Pensavento (2007,

p. 14) define a cidade como

concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção do 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano': cidade, lugar do homem; cidade, obra coletiva que é impensável no individual; cidade, moradia de muitos, a compor um tecido sempre renovado de relações sociais.

Corroboramos com os autores e suas diferenças, no sentido que não se pode pensar a cidade sem levar em conta seu fator humano. Podemos dizer ainda que o acúmulo de conhecimento a respeito das cidades amplia possibilidades das análises urbanas, viabilizando outras compreensões a respeito da realização da vida humana, reunindo saberes de sua realidade material e relações sociais (CARLOS, 2007).

Para além da frieza da materialidade urbana representada por pedras, cimento, ferro, vidro e asfalto, é preciso pensá-la como espaço no qual “os saberes se cruzam e se defrontam, ao tomar a cidade como objeto de preocupação, de elaboração de conceitos e execução de práticas” (PENSAVENTO, 2007, p. 19). Assim, busca-se pensar a cidade em toda a sua complexidade enquanto construção humana, produto da relação entre a sociedade e a natureza. As contradições nos movimentos sobre as práticas socioespaciais representam a tentativa humana na construção de um mundo objetivo, que ao mesmo tempo confere sentido e finalidade à materialidade urbana (CARLOS, 2007).

As interações sociais e as formas de apropriação, a partir das diferentes atividades humanas, transformam os significados dos espaços urbanos, convertendo-os em lugares relacionais e históricos. Bretas e Saraiva (2009), analisaram 22 matérias publicadas no Jornal Estado de Minas, durante o ano de 2012, que traziam como tema a questões relacionadas a “da apropriação” das ruas da cidade de Belo Horizonte por flanelinhas e guardadores de carros. Nesse estudo os autores revelam a necessidade exposta de controlar não apenas os usos dos espaços da cidade, quanto o controle territorial exercido por seguimentos da sociedade. Controle esse exercido de maneira intencional, no sentido de organização espacial em diferentes níveis, sob a forma de legitimação dos serviços privados de “vallet” e a estigmatização dos flanelinhas e guardadores. Uma mercantilização da cidade, justificada pelo bem-estar, organização, conforto e segurança identificada no discurso dos usuários dos vallets. De outro lado, o controle e intencionalidade ao direcionar os usos do espaço, criando limites de territórios simbólicos, ocultos pelo discurso da regulamentação, com o objetivo de simular práticas de controle que delimitam os espaços próprios para “uns” e proibidos para “outros”.

Também na cidade de Belo Horizonte, Carrieri, Maranhão e Murta (2009), investigaram a “remoção” de camelôs das ruas, ou seja, do espaço público, para um local privado. Um cenário urbano caótico é montado, primeiro se constrói, por meio de discursos, uma imagem ruim da cidade e seus espaços,

em seguida propõe-se um projeto de revitalização e, assim está construída a justificativa para “limpeza” das ruas. Casos como esse trazem à baila ações de higienização, primeiro passo para “revitalização”, restauração do patrimônio histórico da urbe.

A prática organizativa de recuperar, no âmbito das cidades, prevê readequações materiais e simbólicas no espaço urbano. Entretanto, Viegas e Saraiva (2015) alertam para atenção aos interesses envolvidos (o quem e o porquê) nas relações público-privadas, possivelmente estabelecidas. As chamadas revitalizações têm revelado interesses econômicos cada vez maiores, encobertos intencionalmente por questões sociais relevantes como combate a violência, bem-estar da população em geral, recuperação de patrimônio público etc. Contudo, estudos desenvolvidos ao longo de décadas demonstram que o “embelezamento” dos grandes centros contribuí de maneira significativa para o aumento da desigualdade social, empurrando as classes de baixa renda cada vez mais para as periferias das cidades (CARVALHO, 2000), além de aumentar a segregação e exclusão sociais (WACQUANT, 2010).

Segundo Duarte e Czajkowki Júnior (2007), a mídia se apresenta como elemento diretamente envolvida no processo de valorização para posterior “venda” da urbe, transformando-a em um produto a ser consumido por alguns, social e economicamente, privilegiados. A divisão em quem pode ou não consumir a cidade sugere que essa cidade-produto não está disponível no mercado para atender as necessidades da população, mas para o favorecimento de determinados grupos sociais. Dessa maneira, o que se vende é a ideia de que a cidade está se desenvolvendo e conseqüentemente toda sua população será beneficiada em algum grau. Uma visão claramente distorcida da realidade social, provocada por uma leitura dos fatos baseada apenas na noção de mercado.

Nesse sentido, Canclini (2002) chama atenção para o panorama exposto pela mídia – jornais impressos, rádio e televisão – que ao narrar e descrever a cidade, representam-na como produto a ser consumido, transformando os cidadãos em clientes. Esses cidadãos-clientes atuam como legitimadores da fragmentação dos espaços e da veracidade da propaganda para “vender” a cidade aos que podem “comprá-la”. Mídias de comunicação não apenas preocupadas em legitimar a desigualdade, mas cientes de sua função maior em reproduzir a ordem social tal qual como esta se apresenta, possibilitaria ter “não apenas cidadãos imaginados pelos meios, mas imaginados pelos cidadãos. Talvez, assim, os meios compartilhem esta abundância com aqueles que lhes são tão fiéis a partir de culturas da privação” (CANCLINI, 2002, p.52). Para Velho (2008) as mídias, entre elas a televisão com maior destaque, servem como intensificadoras e propagadoras dos mecanismos de

discriminação existentes, indiferentemente do nível cultural, grupos de status ou categoria social, uma vez que criam referências comuns, como por exemplo, nas telenovelas.

2.1 MAIS IGUAL DO QUE DIFERENTE, TRÊS CASOS DE GENTRIFICAÇÃO PELO MUNDO

Segundo Shaw e Sullivan (2011), os estudiosos urbanos deram muita atenção aos processos simbólicos de inclusão e exclusão espacial, valendo-se, principalmente, do conceito de Zukin (2011) no qual a cultura – amplamente definida como uma fonte de imagens e memórias – é um meio sutil ainda poderoso através do qual os espaços da cidade são enquadrados e controlados. Dessa forma, espaços públicos são produzidos em parte com base em representações visuais que refletem as culturas e interesses de grupos particulares, muitas vezes à custa dos outros. Essa abordagem leva a análise urbana além da preocupação com o poder e os interesses das principais partes interessadas na concentração de elementos sutis, visuais e discursivos da diferenciação social-espacial (SHAW; SULLIVAN, 2011). Embora o espaço público seja inerentemente um espaço democrático, as elites são consideradas (pelo poder público) mais bem preparadas para construir e enquadrar as cidades, portanto, pertencer a espaços públicos particulares é um processo simbólico que é negociado ativamente por todos os moradores urbanos (ZUKIN, 2011).

Pereira (2015) investigou o processo de gentrificação, ocorrido em Lisboa, que transformou uma área historicamente industrial, comercial e operária, em um complexo residencial, com espaços de lazer, escritórios e alto padrão de consumo. A escolha da localização para o Parque das Nações tem a ver com a visibilidade local, um espaço altamente frequentado, mas também porque é um espaço reconhecido por seu forte significado simbólico. A ação de “revitalização” da área portuária levou ao apagamento da história da classe trabalhadora, afetando a memória do lugar, chave na relação entre moradores urbanos e a cidade. Além disso, caracteriza como a forma com que os espaços públicos urbanos são reconceituados esteticamente reflete o jogo das relações de poder entre os diversos atores urbanos, em práticas reais que visam tornar esses espaços planejados, socialmente controlados e privatizados.

Um extenso mapeamento, realizado por Hedin *et al* (2012), apontam mudanças geográficas e sociais nas políticas habitacionais em três das maiores cidades da Suécia (Estocolmo, Gotemburgo e Malmo), entre os anos de 1986 e 2001. Essa análise revelou que as mudanças promovidas no processo de recuperação de espaços nessas cidades, aumentou ainda mais a desigualdade social e, conseqüentemente, a polarização geográfica social em áreas de concentração de pessoas de baixa

renda, promovendo crescentes lacunas de bem-estar social nas condições habitacionais decorrentes de políticas públicas neoliberais.

Laam (2012) analisou o processo de gentrificação, sob o argumento de reduzir o ruído e controle das multidões, com e contra a vida noturna na cidade de Nova York, ocorrida entre os anos de 1979 e 1988. Em seu levantamento a autora afirma que os interesses eram claramente melhorar a imagem da cidade, aumentar as receitas de turismo e valores imobiliários em certas regiões, atendendo a interesses de políticas econômicas neoliberais. Nesse sentido, a decisão do então prefeito, Ed Koch, foi mudar regras regulatórias para as casas noturnas e reforçar a aplicações de leis para que a cidade pudesse ficar em consonância com os padrões de qualidade de vida dos proprietários residenciais, de classe média alta, donos de imóveis em áreas abandonadas do centro da cidade. A aplicação das novas regras, independentemente do tamanho, ou tipo de casa noturna, provocou muitos conflitos e problemas financeiros aos estabelecimentos considerados por muitos como subcultura, portanto, indesejáveis naquela região. Essa desqualificação da vida noturna local legitimou ações de intenso policiamento naqueles estabelecimentos.

Tanto em Nova York, Lisboa, quanto nas três cidades suecas, o remanejamento das populações de baixa renda – de atividades consideradas impuras e desagradáveis – para outras partes, menos “nobres” da cidade, áreas metropolitanas, para novas construções é uma das formas com a qual este urbano aponta para um processo de mudança. As mudanças provocadas aumentam a fragmentação da urbe e contribui significativamente para reprodução das desigualdades sociais incorporadas no tecido urbano. Essa forma de recuperação da cidade, que apaga o passado e a história de antigos moradores, que muitas vezes fere os direitos humanos, constituem formas de violências materiais e simbólicas que ampliam a segregação econômica, racial e social. Ou seja, não é possível desprezar o fator político envolvido e questionar a que interesses está se buscando atender.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A partir dos preceitos da pesquisa qualitativa, buscamos analisar os dados coletados por meio da análise de conteúdo a *posteriori*. Entendemos que essa análise se dá a partir de condições textuais, sob uma concepção crítica e dinâmica da linguagem, levando-se em consideração seus componentes cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos. Assim, dando significado ao objeto, de acordo com a perspectiva teórica do pesquisador em relação ao objetivo do estudo (FRANCO, 2003).

Assim, o *corpus* de análise é formado por um total de 540 comentários feitos por leitores de duas reportagens divulgadas no portal de notícias G1. A primeira notícia, publicada no dia 23 de maio de 2017, que traz a manchete “Três ficam feridos na Cracolândia após Prefeitura demolir muro” é composta por 299 comentários; a segunda, com data de 24 de maio de 2017, tem como título “Doria diz que 'não há possibilidade de recuo' nas ações na Cracolândia”, possui 241 comentários. Os enunciados produzidos e publicados remetem à opinião dos leitores sobre a ação da Prefeitura de São Paulo que, conforme descrito nas reportagens, promete “limpar” o centro da cidade, para construção de “moradias populares”, numa parceria público-privada (G1, 2017). A escolha dessas duas matérias se deu especificamente porque a primeira trazia o fato da ação, orquestrada pelo prefeito, que provocou vítimas, já a segunda dava a notícia sobre um protesto realizado por outros moradores da região e parentes dos antigos moradores, indignados com o ato violento promovido.

O primeiro passo foi organizar todos os comentários com o objetivo de excluir aqueles que remetiam a ofensas pessoais trocadas entre os internautas, e também comentários que não apresentavam significados, ou que representavam onomatopeias, num total de 232 comentários. O restante (308 opiniões) foi separado em quatro grupos: aqueles que apoiaram a ação, mas não fizeram referências à revitalização, recuperação ou limpeza da cidade, com 173 mensagens; aqueles que apoiaram o ato e mencionaram benefícios à cidade, no total de 58 comentários; os que ficaram contra a ação por questões relacionadas à direitos humanos – este não é o objetivo primeiro deste artigo, ainda que a questão perpassa os processos de higienização e gentrificação como já referido até aqui – com 53 considerações; aqueles que foram contra a ação e fizeram referência à cidade, totalizando 24 comentários. Procuramos concentrar as análises somente nas 82 mensagens, de apoio ou contrárias, mas que de alguma forma faziam menção ao nosso interesse neste trabalho, relacionadas à cidade de São Paulo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos 540 comentários feitos nas duas reportagens, destacamos cinco grupos distintos, conforme detalhamento no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização e categorização dos dados

Posicionamento	Descrição	Quantidade	Análise
Neutro	Ofensas/onomatopeias	232	Descartado
Apoio	Não vinculado à cidade	173	Descartado
Contrário	Não vinculado à cidade	53	Descartado
Apoio	Vínculo à cidade	58	Utilizado
Contrário	Vínculo à cidade	24	Utilizado

Fonte: Quadro formulado pelos autores.

Desse modo, fizemos uso dos dois últimos grupos apresentados no Quadro 1, pois foram as pessoas que, contra ou a favor da intervenção realizada pela prefeitura, relacionaram suas opiniões, aos processos de higienização e gentrificação no âmbito das cidades. As categorias êmicas são também os títulos das próximas seções, nas quais analisamos os comentários selecionados.

4.1 UM PASSEIO PELA “CRACOLÂNDIA”

Segundo Maisonnave e Sant’Anna (2016), na região da Luz, no centro da cidade de São Paulo, centenas de usuários de drogas estabeleceram residência, há mais de 20 anos, ocupando uma quadra da Alameda Dino Bueno (ver Figura 1) – região demarcada em amarelo. Em referência a droga mais utilizada, a região ficou conhecida como “cracolândia”. Entretanto, nos últimos três anos as gestões dos governos estadual e municipal promoveram ações nas quais a repressão policial sobrepôs o interesse de tratamento para os dependentes (ver Figura 2).

Apesar do local ser considerado um dos pontos mais decadentes da cidade, a região da “cracolândia” é tida também como um dos espaços mais disputados do mercado imobiliário, nas palavras dos autores, “a Luz passou de um lugar com escassos serviços atuantes para um espaço de convergência de variados interesses” (MAISONNAVE; SANT’ANNA, 2016). Essas questões expõem disputas políticas, econômicas e sociais.

Figura 1 – Alameda Dino Bueno, Praça Princesa Isabel



Fonte: Aplicativo Google Maps.

Após a ação da prefeitura da cidade, as pessoas que antes ficavam na parte destacada em amarelo da Figura 1, migraram para a Praça Princesa Isabel (marcação azul, Figura 1), a menos de 500m do local anterior. A “limpeza da cracolândia”, ordenada pela administração pública da cidade de São Paulo, deixou evidente a desproporção de forças entre as partes, de um lado os “craqueiros”, pessoas acometidas pelo vício em uma droga “barata” com poder altamente destrutivo (ver Figura 1). A execução da ordem dada e executada, não foi coordenada com outras secretarias como: urbanismo, serviço médico e social, levantando suspeitas sobre o real interesse em “controlar” e “limpar” o centro da capital paulista (G1, 2017).

Figura 2 – Demonstração de força: policiais, escudos, cavalos e balas de borracha



Fonte: Folhapress foto de Marlene Bergamo.

A ação política e policial, provocou a reação de diferentes segmentos da sociedade, alguns apoiando outros contrários aos atos, considerando-os desumanos e arbitrários, o que culminou em protestos que reuniram moradores da região atingida e parentes das pessoas retiradas a força e internadas compulsoriamente. A seguir, veremos algumas manifestações publicadas no *site* de notícias G1.

4.1 FIM DA CRACOLÂNDIA, VIVA CENTRO

As opiniões dos leitores concentraram-se basicamente em enaltecer a ação do prefeito no sentido de “limpar” a cidade dos “craqueiros”, muitas foram as falas que enalteciam a cidade de São Paulo e sua atual gestão. Em outras era possível se perceber, algum tipo de preocupação com o fator humano ao qualificar os usuários de drogas como “doentes”.

QUEM DE SÃ CONSCIÊNCIA PODE SER CONTRA A REVITALIZAÇÃO DO CAMPOS ELÍSIOS? QUEM É A FAVOR AQUELE CAOS HUMANO E URBANO? OS VICIADOS ESTÃO DOENTES E NECESSITAM URGENTEMENTE SEREM INTERNADOS. O MOMENTO É AGORA NÃO PODE TER RECUO. FORÇA DORIA. (Escritos conforme original, comentário 375).

O comentário 375 traz o nome do bairro onde se localiza a área foco da ação da prefeitura, e questiona se haveria alguém contra a revitalização da área, chamada de “caos humano”. A força utilizada, apesar de suas consequências, inclusive com pessoas feridas, é legitimada pela frase “o momento é agora não pode ter recuo. Força Doria”, na qual se buscava a recuperação da “autenticidade do lugar”, em acordo com o que discute Zukin (2011). Para o autor, a busca por uma “autenticidade do lugar” pode apresentar-se como respeitosa e muitas vezes capitalizar um novo senso de lugar, que se distingue com a função de atrair capital financeiro para recuperar a região.

Em outra opinião, a generalização e tipificação das pessoas que estavam ou moravam na região afetada é vista como justificativa não apenas para apoiar o ato do prefeito, como também para parabenizá-lo, conforme vemos nos comentários 126 e 445. Especificamente a opinião 445 trata como se a área “merecesse” ser destruída por suspeitar que o local seja acometido por uma criminalidade endêmica, propícia para “propagação de bandidos”.

Ali não são pessoas pobres apenas são drogados que cometem vários crimes além de deixar o lugar intransitável... Doria tá de parabéns que continue a limpeza da cidade e oferecendo tratamento aos que querem se tratar. (Transcrito conforme original, comentário 126).

Para vcs que estão reclamando da retirada da cracolândia, porque não pegam um cracudo e levam para casa? ngm passa direito na rua da cracolândia porque tem medo, aquele ambiente não é só um amontado de mendigos e drogados e sim uma propagação de bandidos! DORIA PARA PRESIDENTE! (Transcrito conforme original, comentário 445)

Assim como o caso dos “flanelinhas”, pesquisado por Bretas e Saraiva (2009), a proposição “não são pessoas pobres apenas são drogados que cometem vários crimes” denota que os seres humanos ali não têm direito a qualquer tratamento humanizado, pois vistos como se fossem todos “criminosos”. Entretanto, a própria notícia divulgada falava sobre muitos moradores daquela rua, pessoas de baixa renda que pagam de aluguel entre R\$ 300,00 e 900,00, para viver na região.

Os baixos valores dos aluguéis, apontam para uma desigualdade social, aliada a um cenário de medo construído e amplamente propagado pela imprensa. Todo esse movimento promove o obscurecimento de grupos sociais, em geral composto tanto por trabalhadores em condição de subemprego como daqueles que há muito foram abandonados pelo poder público. Situações que da maneira como são expostas, principalmente, na televisão remetem a mecanismos de discriminação existente (VELHO, 2008) reforçadores de desigualdade e segregação social.

Nesse sentido, até mesmo “cenas da vida real” com feridos e destruição passam a ser aceitas, naturalizadas, como vemos nesta fala: “Para revitalizar a região...sinto muito...tem que destruir alguma coisa...ou diria trocar?” (Transcrito conforme original, comentário 465). A afirmação “para revitalizar a região tem que destruir alguma coisa” reflete o pensamento de que a “cidade limpa” é mais importante do que a própria população desta mesma cidade. Ou ainda, pode indicar que as pessoas afetadas não constituem parte dessa população, ou ainda, que têm os mesmos direitos de outros moradores da urbe, podendo-se assim qualifica-las como “outra coisa” que não o ser humano, como visto no comentário 381.

Engraçado ver as pessoas traficando e os zumbis podia! Sou a favor da revitalização do centro, Doria foi único que pegou de frente este problema que infelizmente usou a força máxima se não estaria as ruas cheias de usuários doentes e traficantes! Aquilo estava um câncer em plena Luz! Viva Centro!!! (Transcrito conforme original, comentário 381).

A ambiguidade expressa no mesmo comentário que ora trata pessoas como “zumbis”, ora como “usuários doentes”, denota quanto esses indivíduos podem ser comparados até mesmo com “corpos e desejos”, assim como expostos por Souza e Bechler (2008), que impedem a manutenção da cidade bem projetada e higiênica. Se a cidade, conforme afirma Santos (2006), é maior que o espaço geográfico, para além dos mapas e da frieza dos materiais com os quais é construída, mas sim constituída também pelo “pulsar de vida” (PENSAVENTO, 2007), seria correto colocar sua revitalização acima do bem-estar de seus habitantes? Nem todo mundo concorda com isso, como veremos na próxima seção.

4.3 VERGONHA NA CIDADE E SOLUÇÕES PALIATIVAS

Para aqueles que conseguem enxergar a cidade para além de sua materialidade, aproximando-a da dinâmica processual e coletiva, permeada por elementos individuais e culturais, constituintes de uma identidade local, da qual se referem Saraiva e Carrieri (2012), expressam sentimentos que envolvem tristeza e vergonha, como vemos nos comentários 97 e 220.

Que tristeza, que vergonha, que constrangedor está sendo ser paulista nesse momento da vida. Que governo desumano, insensível. Onde já se viu tratar as pessoas desse jeito... Já sei, pequeno burguês, para você usuário de droga não é gente, bandido pobre bom é bandido morto... eu também me sinto constrangido por vc, que votou nesse monstro. Estamos mal, muito mal... estamos perdendo, e quem está ganhando é a especulação imobiliária, o dinheiro. Estamos socialmente doentes. (Transcrito conforme original, comentário 97).

Na ótica do Dória, se morrerem serão tres drogadictos a menos.....Esse cara é a vergonha da cidade. (Transcrito conforme original, comentário 220).

A fala acima (comentário 97) manifesta o constrangimento de “ser paulista” pela ocasião do ocorrido, demonstra enxergar a ação, para além da revitalização da cidade, colocando-a em confronto com a falta de humanidade com relação às pessoas que foram diretamente afetadas. Ou seja, ligada ao sentido humano da realidade urbana (PENSAVENTO, 2007). Outra questão é o reconhecimento do fator econômico ligado a especulação imobiliária, que precisa direcionar os usos do espaço público, delimitando fronteiras simbólicas de exclusão. Esse comentário traz ainda a constatação “Estamos socialmente doentes” que aponta para outro tipo de doença:

aquela que invisibiliza e impede a possibilidade de inserção social dos “esquecidos” pelo poder público.

O comentário 125 reforça a percepção que a ação da prefeitura, ou, personificada na figura do prefeito – que aprovou a utilização de força bruta – expressa certo descaso com os mais pobres e desassistidos. Considera, ainda, o ato em si como “loucura” ou “ódio” do gestor ao ver pessoas em situação de rua como protagonistas, como (sobre)viventes na cidade real aos quais se referem Honorato e Saraiva (2016).

O ódio de Dodó BBB pelos pobres chega a BEIRA DA LOUCURA, e o pior é que ele tem seguidores, ou fiéis ou bem pagos para disseminar esse ódio nas redes sociais. TUCANOS JÁ INCENDIARAM VÁRIAS VILAS DE PESSOAS POBRES, E ASSIM ESTÃO DEIXANDO A CIDADE LINDA, MAS PÚTRIDA! (Transcrito conforme original, comentário 125).

Os comentários 491 e 176 chamam a atenção para política higienista, destacando a “falta de humanidade” na sociedade. Ambas notícias usadas para construção deste texto, confirmam a parceria

público-privada para recuperar a área, além de prever investimentos para construção de novas moradias “populares”, segundo afirma o prefeito. A exploração imobiliária, promovida pelos detentores do poder econômico, somente pode avançar em áreas já “limpas”, enquanto a responsabilidade pela “limpeza” é do poder público que precisa se apropriar da região, retirar os “dejetos” para “captar recursos” necessários para recuperação e revitalização urbana, bem como, recuperação do valor imobiliário após período de crescente degradação.

Linha higienista preconceituosa, típica de débeis que se acham mais. Repudio isso. (Transcrito conforme original, comentário 491).

Essa política higienista dariana de sp só mostra que falta muito mais humanidade na sociedade. Admiro em ver o gado aplaudindo. (Transcrito conforme original, comentário 176).

Já o comentário 486 expressa uma indignação profunda não apenas com a ação do prefeito em si, mas também com os eleitores, denominados “acéfalos” que não só elegeu um político- empresário como também aplaude, elogia e incentiva suas práticas de gestão, aplicadas até o momento. Além disso, destaca a política de exclusão adotada, semelhante a crítica de Koury (2010) ao questionar o conformismo e adequação dos modos dominantes, que buscam se reinventar, para manter a perpetuação da diferenciação, uma vez que grupos iguais podem ser mais facilmente moldados e submetidos.

ESSE EMPRESÁRIO QUE FOI ESCOLHIDO PELOS ACÉFALOS PAULISTANOS RECORREU A UMA METODOLOGIA DA IDADE MÉDIA... CHAMADA "EXCLUSÃO". QUEM BATE PALMA, ELOGIA, INCENTIVA, CUIDADO... POIS O PRÓXIMO PODE SER VOCÊ. POIS NA LÓGICA DA EXCLUSÃO, TODOS TEM QUE SER IGUAIS AO LÍDER, CASO CONTRÁRIO NÃO SERVEM. EM SÃO PAULO, TODOS SÃO MILIONÁRIOS, EMPRESÁRIOS, ALMOÇAM NO CIDADE JARDIM TODO DIA, TEM ORÇAMENTO DE 100 MILHÕES PARA GASTAR COM MARKETING??? NÃO?

AHHH... ENTÃO JÁ ERA... (Transcrito conforme original, comentário 486).

As opiniões aqui reproduzidas apresentam caráter de agressividade e impessoalidade, tanto para reforçar o apoio ao prefeito e suas ações, quanto para se posicionar contra o ocorrido, demonstrando compaixão com as vítimas da atitude arbitrária do governo. Para Velho (2008), uma das possibilidades para se entender o processo de impessoalidade nas relações sociais, em maior ou menor grau, é vê-la como um contínuo no qual a vida na metrópole está localizada no polo máximo dessa impessoalidade, responsável ainda pela promoção do anonimato.

O indivíduo que mora nas ruas, que tem a calçada como colchão e céu como cobertor, defronta-se com “públicas governamentais, que voltam todos os esforços para uma limpeza relacional das calçadas” (SOUZA; BECHLER, 2008, p. 401) que o “rouba” o direito de viver. Não que seja uma vida considerada

digna a um sujeito de direito, um cidadão, mas provavelmente este foi o “único” estilo de vida que consegue mantê-lo “vivo”. A rua, esse espaço aberto, deveria ser acessível a todos, entretanto “as diferenças no uso do mesmo espaço podem revelar desigualdades e hierarquias” (JAYME; NEVES, 2010, p. 609). Nesse sentido, Viegas e Saraiva (2015) consideram que a cidade pode ser o lugar para novas possibilidades de inserção social, tensionados por eixos políticos e sociais que vivificam a urbe. Mas será possível algum tipo de inserção social para quem é visto como “zumbi”, “bandido” ou “indigno” desmerecedor até mesmo do direito de existir?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou revelar como a prática recuperar no âmbito das cidades, a partir de ações de higienização e gentrificação, é percebida por pessoas que opinaram sobre a ordem dada e executada para retirada de pessoas da cracolândia na cidade de São Paulo. Trabalhamos com os comentários feitos a partir de duas notícias publicadas no portal de notícias G1. As reportagens noticiavam fatos que tiveram como consequências feridos e protestos em apoio as pessoas retiradas do local.

Os 540 comentários feitos a partir das reportagens mostraram cinco grupos distintos: ofensas ou onomatopeias; os que apoiaram a ação e o prefeito, mas sem vincular os fatos a revitalização da área; os que igualmente apoiaram, mas vinculando os atos a violência da região e por isso a necessidade de interferência do poder público para recuperar o local; aqueles que repudiaram a ação, com foco nas pessoas, considerando-as doentes – usuárias de crack – que precisam de assistência do poder público para tratamento adequado; e por último aqueles que também foram contrários a ação, uso da força bruta e que demonstraram a percepção de interesses não revelados.

Trabalhamos apenas com os grupos que direcionaram suas opiniões, contrárias ou favoráveis, aos processos de higienização e gentrificação. Entre os apoiadores, destacamos questões que envolvem estigma, discriminação e repúdio aquelas pessoas, o que justifica uma demonstração de força policial e demolição de moradias – com pessoas dentro como se pode ler na notícia. Entre os que se mostraram contra a ação do prefeito, sentimentos de vergonha e indignação, mesclados a constatação que vivemos em uma sociedade doente, que não enxerga o outro, legitimando assim a segregação e desigualdade social.

Se no espaço público está presente a diferença, a heterogeneidade, corroboramos com Carlos (2007), ao afirmar que o habitar está relacionado com ações articuladas em planos e escalas espaciais, na qual público e privado estão imersos e relacionados em histórias que são, ao mesmo tempo, particulares e coletivas.

Compreendemos a complexa realidade urbana, porém, o que vimos foi a reprodução da violência social, do racismo, da segregação e da exclusão. Essa população que “é vista”, mas não lembrada aparece distante do dia a dia da classe dirigente, apartada dos interesses políticos e cada vez mais longe de políticas públicas inclusivas. Isso acaba dando a impressão ao povo, principalmente àqueles invisibilizados, deixados à margem da sociedade, longe da possibilidade de inclusão social, alijados de

direitos que a eles só resta mesmo a “força policial”, sem ter a quem ou o que recorrer, a rua é seu abrigo, sua casa, o seu lugar. A sociedade,

legitimada pelo poder público e incentivada pelos meios de comunicação, exclui, marginaliza e criminaliza pessoas sem dá-las o direito de defesa.

A “cidade loteada” pode ser vendida a quem “dá mais”? Interesses imobiliários que envolvem os detentores “do dinheiro”, aliados a governantes e políticos preocupados em “vender” bem a cidade podem se sobrepor aos direitos humanos? A cidade que se “vende” é muito diferente da cidade vivida, na qual a maior parte da população se mantém a espera de um país que sistematicamente se vê diante de grupos que estão preocupados na apropriação de dinheiro, de bens, de ganhos cada vez maiores, na atribuição de riquezas através de políticas concentradoras de renda, de jogos com regras próprias que interessam aos poucos e que, na prática, só servem para perpetuar a atual situação de desigualdade e exclusão sociais. Assim, retomamos a pergunta: cidade “linda” para quem?

6. REFERÊNCIAS

- BRETAS, P. F. F.; SARAIVA, L. A. S. Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavadores e flanelinhas. *Gestão Org.: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, Recife, v. 11, n. 2, p. 247-270, maio/set. 2013.
- CANCLINI, N. G. Cidade e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, v. VIII, n. 1, p. 40-53, maio 2002.
- CARLOS, A. F. A. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CARRIERI, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. A.; MURTA, I. B. D. Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n.6, p. 1315- 1342, nov./dez. 2009.
- CARVALHO, M. Cidade global: anotações críticas sobre um conceito. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 70-82, out./dez. 2000.
- BERGAMO, M. Fotografia publicada no jornal online da Folha de São Paulo, Folhapress. Fotografia de Marlene. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1886967-justica-impede-prefeitura-de-interditar-e-demolir-sem-aviso-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- FRANCO, M.L.P.B. Análise de conteúdo. Brasília: Editora Plano, 2008.
- G1-SP. Três ficam feridos na Cracolândia após Prefeitura demolir muro. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/desabamento-fere-pessoas-na-cracolandia.ghtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- G1-SP. Doria diz que 'não há possibilidade de recuo' nas ações na Cracolândia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-diz-que-nao-ha-nenhuma-possibilidade-de-recuo-nas-acoes-na-cracolandia.ghtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.
- HEDIN K.; CLARK E.; LUNDHOLM E.; MALMBERG G. Neoliberalization of Housing in Sweden: Gentrification, Filtering, and Social Polarization, *Annals... of the Association of American Geographers*, v. 102, n.2, p.443-463, 2012.
- HONORATO, B. E. F.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, população de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, ano 14, n. 36, p. 158-186, out./dez. 2016.
- JAYME, J. G.; NEVES, M. A. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.
- HOURY, M. G. P. Estilos de vida e individualidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 16, n. 33, p. 41-53, jan./jun. 2010.
- LAAM, H. Gentrification with and against Nightlife 1979-1988. In: LAAM H. *The gentrification of nightlife and the right to the city: regulating spaces of social dancing in New York*. New York: Routledge, p.68-90, 2012.

LOUREIRO, C.; AMORIM, L. Vestindo a pele do cordeiro: requalificação versus gentrificação no Recife. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 1, n. 1, abr. 2013.

MAISONNAVE, F.; SANT'ANNA, E. Descaminhos da cracolândia. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/descaminhos-da-cracolandia/introducao/falta-de-dialogo-emperraco-es-de-haddad-e-alckmin-na-cracolandia.shtml>>. Acesso em: 25 maio 2017.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, v.27, n.53, p.11-23, jun. 2007.

PEREIRA, P. Production of public space and everyday life in a gentrified area of Lisbon. Portuguese Journal of Social Science, v. 14, n. 2, p. 157–175, 2015.

SANTOS, M. Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. Revista de Administração Pública, v. 46, n. 2, p. 547-576, 2012.

SHAW, S.; SULLIVAN, D. M. "White Night": Gentrification, Racial Exclusion, and Perceptions and Participation in the Arts. City & Community, Washington DC, v.10, n.3, p. 241-264, Sep./2011.

SOARES, P. R. R. Metamorfoses da metrópole contemporânea: considerações sobre Porto Alegre. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 20, p. 129-143, 2006.

SOUZA, E. L. A.; BECHLER, J. Labirintos na cidade contemporânea. Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 28, n. 2, p. 390-403, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1997.

VELHO, G. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 6, n. 13, p. 15-29, jun. 2000.

VENTURINI, E. Acidade dos outros. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 21, n. 2, p. 203-222, mai./ago. 2009.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 16, n. 5, p. 68-94, set./out. 2015.

ZUKIN, S. Reconstructing the authenticity of place. Theory and Society, Dordrecht, v. 40, n. 2, p. 161-165, Feb./2011.

WACQUANT, L. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o estado na pesquisa urbana recente. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, jan./abr. 2010.

Capítulo 2

HONRANDO A “ESCOLA DO CORAÇÃO”: A DÁDIVA COMO PRÁTICA SOCIAL

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar como outras possibilidades de relações sociais, marcadas pela honra, respeito, afeto e reciprocidade, influenciaram o processo organizativo (*organizing*) e a vida social da Unidos de Jucutuquara, uma escola de samba de Vitória/ES. Para compreender esses fenômenos, utilizei a epistemologia de Schatzki e as noções de dádiva e reciprocidade de Marcel Mauss. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da triangulação entre observação participante de inspiração etnográfica, entrevistas e pesquisa documental; e da análise de conteúdo temático *a posteriori*. As dádivas recíprocas revelaram-se como uma prática social, sendo fortemente marcadas e organizadas pelas teleoafetividades. Durante o carnaval de 2014/2015, o objetivo dos integrantes da escola foi honrar o pavilhão e a memória do seu presidente, retribuindo a dádiva que se recebeu - o prazer de desfilar, a amizade e a família, por exemplo. Considero que os objetivos (enquanto senso de propósito) de uma organização estão para além de seus resultados instrumentais/rationais, coexistindo com sentimentos, emoções, afetos e humores dos atores sociais. Assim, teleoafetividades também podem orientar o que as pessoas fazem; sendo as dádivas recíprocas exemplos de ações de “fazer” e “dizer”, de práticas sociais orientadas por essa dinâmica afetiva.

Palavras-chave: Prática Social. Epistemologia de Schatzki. Teleoafetividades. Marcel Mauss. Dádiva.

1. INTRODUÇÃO

As escolas de samba são organizações tipicamente brasileiras, sendo seu grande objetivo desfilar no carnaval (GOLDWASSER, 1975), representando sua comunidade e ampliando seu espaço social (CAVALCANTI, 1994). Em um sentido mais amplo, o carnaval abarca toda a sua produção; ou seja, a transformação de um novo enredoⁱ em samba-enredoⁱⁱ, alegoriasⁱⁱⁱ e fantasias (CAVALCANTI, 1994), não podendo ser reduzido meramente a um grande festejo. Apesar de as agremiações carnavalescas serem objeto de estudo das Ciências Sociais desde a década de 1960 e do impacto econômico e social do carnaval para o Brasil, as escolas de samba e as práticas da produção do desfile não são muito exploradas pelos Estudos Organizacionais (TURETA; ARAÚJO, 2013).

A produção carnavalesca é marcada por contradições e ambiguidades. Ao mesmo tempo em que um “bom” desfile precisa de dinheiro para ser produzido, profissionais como carnavalescos, estilistas e escultores são hábeis em “driblar” a escassez de recursos por meio de talento, criatividade e “bom gosto” (JÚLIO, 2015; JÚLIO, TURETA, 2015). Além disso, imprevisto, trabalho voluntário e fortes relações pessoais e afetivas coexistem com planejamento, terceirização e contratação de mão-de-obra especializada; o que cria a especificidade dessas agremiações (BLASS, 2007). Assim, elementos aparentemente opostos ou excludentes se complementam, enfatizando as relações e não a necessidade de escolha - entre a razão e a emoção ou entre o dinheiro e a criatividade, por exemplo (JÚLIO, 2015).

Para compreender as escolas de samba e o desfile carnavalesco enquanto fenômenos sociais, utilizo a epistemologia de Schatzki e as noções de dádiva e reciprocidade de Marcel Mauss como minha base teórica. Diante disso, o objetivo geral que direciona minha investigação é: analisar como outras possibilidades de relações sociais, marcadas pela honra, respeito, afeto e reciprocidade, influenciam o processo organizativo (*organizing*), a vida social da Unidos de Jucutuquara, uma escola de samba de Vitória/ES.

Quanto à justificativa, as teorias da prática podem contribuir para a análise das escolas de samba para além da *performance* do seu desfile e para a compreensão da produção carnavalesca como um conjunto organizado de práticas (TURETA; ARAÚJO, 2013). Além disso, nos Estudos Organizacionais, as noções de dádiva e reciprocidade de Mauss têm sido empregadas ainda de modo emergente, concentrando-se em estudos sobre economia solidária, por exemplo (Ver FRANÇA; DZIMIRA, 1999; GAIGER, 2008; DE-FRANÇA-FILHO, 2013).

Para alcançar o objetivo exposto, considero a complementariedade dos instrumentos de coleta de dados (STAKE, 1994), triangulando observação participante de inspiração etnografia com entrevistas e pesquisa documental. Em relação à análise e interpretação dos dados, emprego a análise de conteúdo temático *a posteriori* (SONPAR; GOLDEN-BIDDLE, 2008).

Este trabalho está organizado em quatro sessões, além desta introdução. No próximo item exponho a fundamentação teórica, discutindo brevemente os Estudos Baseados em Prática (EBP), a epistemologia de Schatzki e as noções de dádiva e reciprocidade de Marcel Mauss. Em seguida, apresento o método e os resultados de pesquisa que emergiriam da análise de conteúdo. Por fim, teço minhas considerações finais, sem, contudo, pretender esgotar a discussão.

2. ESTUDOS BASEADOS EM PRÁTICA (EBP)

O movimento da prática ganhou evidência nas décadas de 1970 e 1980, quando nas Ciências Sociais houve uma “virada” em direção ao estudo da prática e o debate entre teoria e prática tornou-se central, influenciando as Ciências Organizacionais (SCHATZKI; KNORR- CETINA; SAVIGNY, 2001). É necessário salientar que não há uma teoria da prática unificada, mas sim várias teorias da prática – as perspectivas de Giddens, Bourdieu, De Certeau, Latour e Foucault, por exemplo (NICOLINI, 2013; RECKWITZ, 2002).

As várias perspectivas da prática constituem, de modo bastante abrangente, uma família de abordagens ligadas por uma rede de semelhanças históricas e conceituais (NICOLINI, 2013). Um dos princípios analíticos comuns a essas abordagens é a noção de “consequencialidade das práticas”, de que a vida social se funda, se constitui por meio das práticas sociais, sendo uma “consequência” dessas práticas cotidianas (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Assim, a vida social é uma (re)produção contínua e fluida, emergindo através das ações (re)correntes e cotidianas dos atores sociais (SCHATZKI, 2006).

Diante disso, destaco que neste trabalho considero como referencial teórico a epistemologia de Schatzki (2002, 2005, 2006, 2012). Apesar desse filósofo americano ser um dos principais autores contemporâneos do campo da prática, seus trabalhos ainda carecem de aplicação empírica direta (Ver JÚLIO, 2015; CARMO, 2015; SANTOS, 2014), o que evidencia uma lacuna de estudos (NICOLINI, 2013).

O termo “prática social” vai além da mera descrição da ação humana, da reprodução de um padrão de ação ou de atividades rotinizadas (RECKWITZ, 2002), referindo-se a um conjunto de ações organizadas de fazer e dizer (SCHATZKI 2002, 2005, 2006, 2012). Assim, toda prática é composta pelas dimensões atividade/ação e organização, sendo que sua organização se dá em torno de entendimentos, regras e

teleoafetividades. São justamente esses elementos que fazem com que determinados ditos e feitos (ações de fazer e dizer) estejam reunidos em torno de uma mesma prática (SCHATZKI, 2002).

2.1 EPISTEMOLOGIA DE SCHATZKI

Ao analisar as práticas como o principal elemento constitutivo da vida social, Schatzki desenvolveu uma visão bem particular da ação humana, afirmando que as pessoas fazem aquilo que faz sentido para elas, ou seja, o que tem propósito/finalidade (telos). O argumento baseia-se em um traço antropológico fundamental, que distingue nós seres humanos de outros primatas: Somos animais autointerpretativos. O autor denominou essa condição de “inteligibilidade da ação”, derivando daí seu conceito de “inteligibilidade das práticas sociais” (NICOLINI, 2013). É a inteligibilidade que dá sentido e significado à performance dos praticantes e às práticas propriamente ditas. Assim, a inteligibilidade orienta a ação dos atores sociais, sendo as práticas inteligíveis por serem dotadas desse propósito/finalidade (NICOLINI, 2013; SCHATZKI, 2002).

Apesar de o senso de propósito ser um fenômeno individual (é sempre para um indivíduo que uma ação específica faz ou não sentido), o entendimento que se tem sobre uma prática, ou seja, se a mesma faz ou não sentido, não é do indivíduo, mas sim impessoal, público e/ou social, assim como as práticas (SCHATZKI, 2002). Todavia, é importante ressaltar que a inteligibilidade da prática não é mero sinônimo de racionalidade ou instrumentalidade (abarcando sentimentos, emoções, afetos e humores dos indivíduos). Pelo contrário, a maioria das ações humanas é, na verdade, uma (re)ação emergente e não refletida, uma ação orientada por um senso de propósito (fins e meios para se alcançar determinado fim) que é socialmente construído, compartilhado e incorporado pelos indivíduos durante sua socialização (NICOLINI, 2013; SCHATZKI, 2002). É nesse sentido que as pessoas fazem aquilo que faz sentido para elas e para seu grupo social, considerando-se seu contexto social.

De modo mais específico, a inteligibilidade é explicitada pelas teleoafetividades que organizam as práticas, sendo a manifestação do senso de propósito e de uma complexa combinação desse senso de propósito com sentimentos, emoções, afetos e humores dos indivíduos. Segundo Schatzki (2002), o que faz sentido para uma pessoa fazer depende dos fins que ela persegue e dos afetos que ela sente ao se engajar em uma determinada prática.

Por exemplo, escrever um artigo pode fazer sentido para uma pessoa que segue uma carreira acadêmica ou que está sendo socializada nesse “mundo acadêmico”. Ao se engajar nesse fazer, esse alguém deseja algo: compartilhar conhecimento, uma publicação, ou até mesmo *status/poder*. Da

mesma forma, ao escrever um artigo, esse alguém sente determinados afetos: sente-se intelectualmente motivado/desafiado, sente-se ansiedade, satisfação ou até mesmo medo de não conseguir se expressar ou de ser mal compreendido.

É interessante notar que para Heidegger (2005), uma das bases filosóficas de Schatzki, a realidade se funda em uma “disposição de humor”, em diversos modos de sentir---se; o que abarca sentimentos, emoções e afetos. Diante disso, afirmar que as teleoafetividades (juntamente com entendimentos e regras) organizam a prática (SCHATZKI, 2002, 2005, 2006, 2012) não é meramente dizer que esse elemento é “apenas” uma das dimensões de determinadas práticas, ou tampouco subestimar a dinâmica afetiva da vida social (OLIVEIRA, 2014), mas sim declarar que as teleoafetividades são elementos constitutivos de toda e qualquer prática social.

Sendo a prática o principal elemento constitutivo do social (SCHATZKI, 2002; NICOLINI, 2013; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011), afirmar que as teleoafetividades organizam toda e qualquer prática significa ressaltar que as teleoafetividades são dimensões básicas, elementos constitutivos e fundadores da vida em sociedade, da realidade social na qual estamos todos e “desde sempre” já imbricados (HEIDEGGER, 2005; RECKWITZ, 2012).

Dessa forma, a afetividade poderia ser reintegrada às análises sociais; afinal, a prática social está organizada em torno de uma dinâmica afetiva. Ou seja, afetos, sentimentos, emoções e humores são dimensões básicas, constitutivas e fundadoras da vida social e não fenômenos meramente neurofisiológicos, assumindo um papel ativo na constituição dos processos organizativos e da realidade social (RECKWITZ, 2012). Apesar disso, grande parte dos EBP tem dado pouca atenção à dimensão afetiva da vida social, o que também ilustra uma lacuna de estudo.

2.1.1 ORGANIZAÇÕES COMO ACONTECIMENTO

Schatzki (2006) trata as organizações como um fenômeno social que acontece, (assim como qualquer outro fenômeno), e não como estruturas reificadas, prontas ou acabadas. Assim, as organizações são analisadas como um processo organizativo emergente e fluido (organizing) que se encontra em constante estado de (re)constituição, como o resultado de interações sociais cotidianas (CZARNIAWSKA, 2004, 2008; SCHATZKI, 2006).

É necessário destacar que entender uma organização como um acontecimento não é simplesmente observar o acontecimento, a performance dessa organização (SCHATZKI, 2006). Sendo uma organização um fenômeno social como outro qualquer, seu acontecimento se dá em torno dos

elementos regras, entendimentos e teleoafetividades, assim como dos arranjos materiais (artefatos, organismos e indivíduos) que dão suporte a esse processo organizativo (SCHATZKI, 2006).

Entender uma organização enquanto um acontecimento também significa perceber que seus objetivos podem ir além de seus resultados instrumentais, orientação, sobrevivência ou vantagem competitiva; coexistindo com sentimentos, emoções, afetos e humores dos atores sociais enquanto praticantes. Conforme destaca Schatzki (2002, 2006), a teleoafetividade também pode orientar o que as pessoas fazem. Afinal, o senso de propósito que organiza uma prática, ao ser incorporado por esses atores durante sua socialização, transforma-se em desejo, tomando o indivíduo, que, muitas vezes, (re)age de modo emergente e não refletido. Assim, entender os objetivos organizacionais de modo estritamente performático, instrumental e racional é enxergar apenas a “ponta do *iceberg*”, a *performance* e não o acontecimento das organizações enquanto um fenômeno social (JÚLIO, 2015).

3. DÁDIVA E RECIPROCIDADE

Em seu “Ensaio sobre a dádiva”, Marcell Mauss (2013) analisa o fenômeno “dar, receber e retribuir” a partir da vida social dos povos da Polinésia, da Melanésia e dos indígenas norte americanos.

Mauss revela que as primeiras relações voluntárias e contratuais não se deram entre indivíduos, mas entre grupos sociais; não sendo os indivíduos e sim as coletividades que mantêm obrigações de prestações recíprocas mediante grupos familiares, comunitários ou seus chefes: “Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam, as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais – clãs, tribos, famílias [...]” (MAUSS, 2013, p. 13-14). Além disso, as obrigações de dar, receber e retribuir não se restringem somente a bens materiais, abarcando bens simbólicos.

[...] o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente [...] (MAUSS, 2013, p. 14).

[...] depois da festa do nascimento [...] o marido e a mulher não se encontravam mais ricos do que antes. Mas tinham a satisfação de ter visto o que eles consideravam uma grande honra: massas de propriedades reunidas por ocasião do nascimento do seu filho [...] (MAUSS, 2013, p. 20).

Mauss (2013) percebera que a lógica social que orienta a dádiva poderia ser explicada por meio da obrigação de retribuir. Assim, o caráter aparentemente voluntário, livre e gratuito da dádiva, seria, ao

mesmo tempo, obrigatório e interessado. Cada uma dessas obrigações criaria um laço entre os atores da dádiva, uma vez que presentear alguma coisa a alguém seria o mesmo que presentear algo de si; assim como aceitar alguma coisa de alguém seria aceitar algo da sua essência.

Dessa forma, não há apenas a obrigação de retribuir, mas também a obrigação de dar e de receber. A retribuição da dádiva seria explicada pela existência dessa força: um “vínculo de almas”, associado de maneira inalienável ao nome do doador, ao seu prestígio. Os nativos acreditavam que o mana, a força de ser do doador, acompanhava o bem dado onde quer que ele fosse; justamente por isso, a dádiva criaria uma dependência para com o outro, já que o mana seria inalienável (MAUSS, 2013).

Todavia, não é no sentido utilitarista que o doador deveria recuperar seu bem, mas sim porque esse quer resguardar seu mana, seu prestígio, sua honra. Portanto, aquele que recebe um bem, estaria obrigado a restituí-lo, sob pena de ficar sob sua dependência, sofrer algum grande mal, ou até mesmo morrer. Por meio da reciprocidade das dádivas, pelo movimento dos bens, cria-se um valor simbólico e coletivo, socialmente compartilhado (MAUSS, 2013).

Enquanto a troca mercantil é motivada pelo interesse, no sistema de dádiva reina o respeito recíproco, a nobreza, a honra, o prestígio que o doador ganha ao dar; sendo a moral o fundamentos dessas relações sociais (SABOURIN, 2008; MAUSS, 2013). Também é interessante notar que a reciprocidade implica preocupação com o outro, com a circulação dos bens entre as gerações: “É aquilo que seu pai fez para você que você pode devolver ao seu filho” (SABOURIN, 2008). Essa estrutura de reciprocidade ternária, segundo Saborin (2008), reproduz o sentimento e o valor ético de responsabilidade entre gerações; entre pais, filhos e genros, assim como, entre seus mortos. Afinal, perder o prestígio equivale a perder a alma, perder o direito de usar um brasão, um totem (MAUSS, 2013).

A moral da reciprocidade seria uma das matrizes da humanidade, da vida social: “[...] uma das rochas humanas sobre as quais são construídas nossas sociedades [...]” (MAUSS, 2013, p. 12); já que os fundamentos da dádiva - dar, receber e retribuir - continuam presentes na contemporaneidade, sobretudo nas relações familiares e de amizade. Por exemplo:

Toda a nossa legislação de previdência social [...] inspira-se na seguinte princípio: o trabalhador deu sua vida e seu trabalho à coletividade, de um lado, a seus patrões, de outro, e, se ele deve colaborar na obra da previdência, os que se beneficiaram de seus serviços não estão quites em relação a ele com o pagamento do salário, o próprio Estado, que representa a comunidade, devendo-lhe, com a contribuição dos patrões e dele mesmo, uma certa seguridade em vida, contra o desemprego, a doença, a velhice e a morte. (MAUSS, 2013, p. 114-115).

Dessa forma, a dádiva, enquanto um sistema de prestações totais, pode ser interpretada enquanto uma prática muito antiga, um fenômeno considerável e presente na vida social de todos os povos; “o mais antigo sistema de economia e de direito que podemos constatar e conceber” (MAUSS, 2013, p. 119). Por fim, a lógica social híbrida da dádiva - que não pode ser reduzida à prestações livres e gratuitas, ou tampouco à trocas puramente interessadas pelo útil – também evidencia o movimento, o aspecto vivo, o dinamismo das sociedades. Conforme realça Mauss (2013, p. 135):

Nas sociedades apreendemos mais que ideias ou regras, apreendemos homens, grupos e seus comportamentos. Vemo-los se moverem como em mecânica se movem massas e sistemas, ou como no mar vemos polvos e anêmonas. Percebemos quantidades de homens, forças móveis, que flutuam em seu ambiente e em seus sentimentos.

4. MÉTODO

Considerando que o estudo da complexidade social demanda uma variedade de instrumentos de coleta de dados (BAUER; GASKELL, 2002), realizei este estudo por meio da triangulação entre observação participante de inspiração etnográfica, entrevistas e pesquisa documental. A pesquisa de campo teve início em outubro de 2014 e término em março de 2015, sendo que a pesquisa começou a acontecer de modo sistemático a partir de dezembro.

Para que o processo de idealização e produção do desfile pudesse ser analisado, acompanhei, por meio da observação, o ciclo carnavalesco de 2014/2015 em diferentes contextos: ateliês (onde as fantasias foram confeccionadas), barracão pesado (onde os carros alegóricos foram produzidos), sede (onde reuniões aconteceram), quadra da escola (onde reuniões e ensaios gerais ocorreram), e sambão do povo (local de realização do ensaio técnico e do desfile carnavalesco).

Ao todo realizei 35 observações (cerca de 83 horas), todas registradas densamente em diários de campo. Minha última observação foi realizada no dia 10 de fevereiro de 2015, o dia da apuração do desfile de Vitória/ES. A observação participante possibilita não apenas presenciar *in loco* o desdobramento das práticas organizativas (SCHATZKI, 2006), mas também vivenciar experiências, entender o ponto de vista, a lógica que organiza a vida do “nativo”, do “outro” (MALINOWSKI, 1978). Isso demanda que o pesquisador mergulhe no cotidiano do grupo social, assimilando as categorias que organizam sua lógica, sua vida em sociedade (YANOW, 2012). Também é válido ressaltar que, segundo Scott (1972), não há uma divisão estanque entre a observação e a participação, sendo a dicotomia atribuída aos mecanismos de observação um *continuum*.

Os sujeitos entrevistados foram selecionados de acordo com seu tempo como integrantes da Unidos de Jucutuquara. Visando compreender o mundo da vida desses sujeitos, realizei entrevistas exploratórias e em profundidade, explorando as relações entre os atores e seus contextos sociais (BAUER; GASKELL, 2002). Ao todo foram realizadas 24 entrevistas (cerca de 40 horas), sendo nove exploratórias e 15 em profundidade. A duração média foi de 1 hora e 40 minutos. Para que a análise dos dados pudesse ser realizada, as entrevistas foram gravadas e transcritas.

A pesquisa documental, por sua vez, contou com samba alusivo^{iv}, enredos, sambas-enredos, regulamento do carnaval^v, setorização do desfile carnavalesco^{vi}, *script* do desfile^{vii} e resultado da apuração do carnaval.

Em relação à análise e interpretação dos dados, empreguei a análise de conteúdo temático *a posteriori* (SONPAR; GOLDEN-BIDDLE, 2008), considerando que os processos de coleta, análise e narrativa dos dados qualitativos são inter-relacionados e, muitas vezes, simultâneos (SONPAR; GOLDEN-BIDDLE, 2008).

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 A DÁDIVA COMO PRÁTICA SOCIAL

Conforme destacado, as relações de dádiva não se dão entre indivíduos, mas entre grupos sociais, sendo as coletividades que mantêm obrigações recíprocas de dar e de receber. Dessa forma, os indivíduos agem como "portadores" da dádiva, que, por sua vez, pode ser entendida enquanto uma prática social, ou seja, um conjunto organizado de ditos e feitos (SCHATZKI, 2002). O próprio Mauss (2013) argumenta que a dádiva é uma prática (um padrão de ação) muito antiga, um fenômeno considerável e presente na vida social de todos os povos.

Também é interessante notar que a reciprocidade da dádiva implica preocupação com o outro, com a circulação dos bens entre as gerações; sendo essa estrutura de reciprocidade que reproduz o sentimento e o valor ético de responsabilidade entre gerações; entre pais e filhos, por exemplo (MAUSS, 2013). Mais uma vez, o caráter social da dádiva é ressaltado.

Por outro lado, o caráter aparentemente voluntário, livre e gratuito da dádiva, seria, ao mesmo tempo, obrigatório e interessado; havendo nas relações de dádiva uma lógica social híbrida, o que evidencia o movimento, o aspecto vivo, o dinamismo das sociedades (MAUSS, 2013); ou seja, o acontecimento de seu processo organizativo (*organizing*) (CZARNIAWSKA, 2004, 2008; SCHATZKI, 2006). Assim, a

prática da dádiva seria melhor compreendida por meio de seu dinamismo e movimento; o que evidencia que padrões de ação e atividades rotinizadas também caracterizam a prática, mas não a reduzem (SANTOS, 2014).

Além disso, compreender a dádiva enquanto algo essencialmente voluntário é ver apenas a ponta do *iceberg*, ou seja, a *performance* desse fenômeno social e não seu acontecimento (JÚLIO, 2015). Afinal, a lógica social que orienta a dádiva também deve ser explicada por meio da obrigação de retribuir (MAUSS, 2013). Esse acontecimento da dádiva, como o de outras práticas quaisquer, organiza-se em torno dos elementos regras (há uma gramática social que regula a dádiva), entendimentos (os indivíduos compreendem que devem receber e, principalmente, retribuir a dádiva recebida) e teleoafetividades (os bens trocados expressam a afetividade do doador, provocando sentimentos no receptor), assim como dos arranjos materiais (banquetes, danças e festas, por exemplo) que dão suporte a essa prática social.

O fato de as obrigações de dar, receber e retribuir não se restringirem somente a bens materiais, abarcando os bens simbólicos e as amabilidades que são trocadas, revela que no sistema de dádiva reina o respeito recíproco, a nobreza, a honra, o prestígio que o doador ganha ao dar (MAUSS, 2013). Assim, a dinâmica emocional/afetiva que constitui, organiza e orienta fortemente a prática da dádiva (assim como a vida em sociedade) é evidenciada.

Compreendendo as teleoafetividades que orientam a dádiva, é possível apreender a complexa combinação de senso de propósito (fins e meios para se alcançar determinado fim), sentimentos, emoções, afetos e humores dos indivíduos enquanto praticantes da dádiva. Afinal, o que faz sentido para um indivíduo depende dos fins que ele persegue (honrar seu grupo social, por exemplo) e dos afetos que ele sente (prestígio, felicidade, alívio, sensação de “dever cumprido”) ao se engajar nessa prática.

Por fim, as relações de dar-receber-retribuir revelam que afetos, sentimentos, emoções e humores são dimensões básicas, assumem um papel ativo na constituição da dádiva como prática social, sendo, igualmente, fundadores da vida em sociedade, da realidade social na qual estamos todos e “desde sempre” já imbricados (HEIDEGGER, 2005; RECKWITZ, 2012).

5.2 A SOCIALIZAÇÃO DOS INTEGRANTES DA JUCUTUQUARA

Ao longo da pesquisa de campo pude perceber que a história de vida da maioria dos sujeitos de pesquisa se confundia com a história do carnaval capixaba. Uma das características da Unidos de Jucutuquara é o fato de as famílias dos fundadores participarem ativamente do cotidiano da agremiação, ocupando, inclusive, cargos no conselho, na presidência e na diretoria da escola. Por conta disso, alguns integrantes da agremiação afirmam que “são Jucutuquara desde sempre”, referindo-se ao fato de pertencerem a uma dessas famílias.

[...] a escola foi fundada na varanda da casa da minha avó [...] a gente cresceu envolvido nisso, [...] vendo tudo que estava acontecendo. [...] quando eu nasci, já existia a escola de samba [...] a gente não desfilava, mas a gente ia [...] pra assistir, a gente já ia pequena pro Sambão. ‘Olha lá, seu pai está vindo, [...] acorda pra ver seu pai’. [...] na casa da minha avó era assim: eles faziam fantasias lá, porque minha tia era costureira [...] A dona Maria Coroa [fundadora da escola] é mãe do seu pai. [...] mesmo que indiretamente, toda a família por parte de pai já participou [da escola] (Entrevista diretora adjunta de harmonia).

Quando eu comecei era muito moleque ainda, ficava com meus irmãos e meus amigos. [...] a escola era só a bateria, só saíam os homens lá.[...] eu era moleque, tinha 11 anos. [...] carreguei o estandarte, depois meu pai fez um tamborzinho [...], eu saía tocando [...]. Aí já com 12, 13 anos comecei a tocar [na bateria da escola] [...] Com uns 19 anos eu ficava ajudando o [mestre de bateria] (Entrevista mestre de bateria).

Dessa forma, esses indivíduos tiveram seus primeiros contatos (direta ou indiretamente) com a produção do desfile ainda na infância; aprendendo a participar das práticas carnavalescas durante sua socialização primária, adquirindo e incorporando microversões dos elementos que organizam essas práticas (SCHATZKI, 2002; RECKWITZ, 2002); o que inclui as teleoafetividades que constituem todo o processo organizativo do “fazer carnaval”.

É por isso que, para muitos dos integrantes da Jucutuquara, honrar o pavilhão da escola significava honrar sua própria história e a história da sua família; o que ilustra o forte vínculo social e afetivo desses indivíduos como sua escola do coração, assim como os afetos, o honra, o prestígio e a felicidade que se sente ao se engajar na prática carnavalesca. Para esses indivíduos, colocar a escola na avenida não significava apenas retribuir a amizade, ou o prazer de desfilar, mas sim a toda a dádiva que se recebeu da própria família.

Conforme destacado, as relações de dádiva não se dão entre indivíduos, mas entre grupos sociais, sendo as coletividades que mantêm obrigações recíprocas de dar e de receber. A reciprocidade da dádiva implica preocupação com o outro, com a circulação dos bens entre as gerações; sendo essa estrutura de reciprocidade que reproduz o sentimento e o valor ético de responsabilidade entre

gerações; entre pais e filhos, por exemplo (MAUSS, 2013). Mais uma vez, o caráter social da dádiva é ressaltado.

Esse trecho da entrevista com o mestre de bateria também explicita alguns dos significados atribuídos por muitos dos integrantes da Jucutuquara ao carnaval, ao seu envolvimento afetivo com sua escola do coração.

[...] reza a lenda que a gente vive várias vezes. Você vai e volta, vai e volta, vai e volta, até que você chega na última etapa da sua vida que é no samba, que é o momento da alegria. Aí, você chegou no paraíso, no samba, é alegria. [...] coisa bonita, um palco descontraído, uma outra história, uma outra vida. Não! Basta a gente estar nesse país com tanta miséria, tanto sofrimento (Entrevista mestre de bateria).

Para esses foliões, carnaval é sinônimo de felicidade, sendo prazeroso estar envolvido com a produção do desfile. Todavia, esses indivíduos também são os responsáveis pelo “trabalho de fazer a festa” (BLASS, 2007), reconhecendo que “o trabalho é muito bom, é gostoso, mas dá muita dor de cabeça” (Entrevista diretora de harmonia). Durante o tempo que permaneci no campo, era comum ouvir os integrantes da escola dizendo: “Nunca mais vou desfilar!”. Em geral, esse comentário era feito diante de uma dificuldade, soando como um protesto, ou logo após a realização de uma etapa importante (ao final do desfile carnavalesco, por exemplo), em tom de alívio. Além disso, a declaração também costumava vir seguida de risos, como uma ironia, uma vez que essas mesmas pessoas também admitiam: “a gente não vive sem carnaval!” (Entrevista destaque e estilista). Diante disso, passei a interpretar a expressão “Nunca mais vou desfilar” como uma pergunta retórica, seguida de muitas exclamações e interrogações.

Na verdade, todo ano quando acaba eu falo: ‘Nunca mais eu vou botar o pé numa escola de samba’. Mas aí você não agüenta, é paixão, a gente gosta daqui, a gente não consegue ficar longe. Porque, na verdade, além do meu envolvimento com a Jucutuquara, eu gosto do samba e gosto do carnaval. Então assim, eu freqüento muito as quadras, tenho amigos em várias escolas. Então assim, a gente tem uma ligação. Hoje basicamente o samba é minha válvula de escape (Entrevista diretor adjunto de carnaval e diretor de comunicação).

Do que eu mais gosto? De tudo! [...] é trabalhoso, mas você conseguir botar uma escola pra atravessar uma avenida, é fantástico. [...] mas dá muita dor de cabeça. Então todo ano a gente fala: ‘Não quero saber mais disso’. Mas não tem jeito, aí no outro ano você está aqui de novo, aí começa tudo de novo, aí de novo [...] Todo ano você fala que não quer, mas sai... porque a gente não agüenta, a gente vê aquilo e: ‘ah, vamos lá ajudar, vamos fazer alguma coisa’. E a gente sai [...] (Entrevista diretora adjunta de carnaval).

Eu faria tudo de novo. Todo ano eu falo que não, pra mim é a última vez. Todo mundo fala isso. Mas faz tudo de novo. [...] Porque é a cachaça, é um vício, é muito gostoso. Você, depois que você vive isso, se você fizer a primeira vez, é uma cachaça, não tem jeito. A coisa está no sangue (Entrevista mestre de bateria).

Conforme mencionado, a lógica social que orienta a dádiva é explicada por meio da obrigação de retribuir. Assim, o caráter aparentemente voluntário, livre e gratuito da dádiva, é, ao mesmo tempo, obrigatório e interessado. Cada uma das obrigações de dar-receber-retribuir cria um laço entre os atores da dádiva (MAUSS, 2013), o que pode, por exemplo, justificar as expressões “a gente não vive sem carnaval!” e/ou “eu faria tudo de novo”. Afinal, colocar a escola na avenida, ou seja, retribuir a dádiva que se recebeu, além de ser uma “questão de honra”, significa resguardar seu prestígio, seu *mana*!



Fotografia 01 – Fim do desfile carnavalesco

Fonte: <http://www.vivasamba.com.br>

5.3 AS FANTASIAS LUXUOSAS DOS DESTAQUES

Durante a produção carnavalesca, uma das coisas que mais chamou minha atenção foi o fato de as fantasias dos destaques não serem diretamente um quesito de julgamento. Durante uma das minhas primeiras entrevistas, fiz a seguinte pergunta a um estilista: “Esse trabalho que você faz está ligado a quais quesitos de julgamento?”. Para minha surpresa, essa foi sua resposta:

Então, isso que é muito engraçado. Olha, os destaques, as rainhas, elas gastam rios de dinheiro e eles não têm importância nenhuma, a não ser luxo. Porque em notas, que eu acho que é isso que você quer chegar, nós não somos quesitos. [...] Elas fazem parte do geral [da avaliação geral do quesito fantasia]. Na realidade [...] se elas estão lindas, elas passam, se elas estão feias, elas são canetadas, mas elas não servem de nada. [...] Porque o único quesito [específico] de roupa que é avaliado é mestre-sala e porta-bandeira. Rainha de bateria não é avaliada, madrinha de bateria não é avaliada, destaques [...] não são avaliados. [...] Se tiver perfeito, bem, obrigado [...] (Entrevista destaque e estilista 2)

Dessa forma, não há um quesito específico, explícito, ou formal que avalie as fantasias dos destaques. Contudo, pude perceber a importância dos destaques para a agremiação. Primeiramente, durante o desfile carnavalesco, os destaques de chão têm a “função” de preencher eventuais espaços entre as

alas e os carros alegóricos. Todavia, compreender os destaques meramente como elementos que preenchem esses eventuais espaços vazios, ajudando no quesito evolução, é ver apenas a ponta do *iceberg*, ou seja, a *performance* desses integrantes da escola de samba, e não seu acontecimento.

Os destaques são responsáveis por “levar luxo para avenida”, impactando visualmente o público e, principalmente, os jurados. No carnaval atual, espera-se que as escolas tenham fantasias bonitas, bem feitas, esteticamente bem apresentadas. Afinal, um desfile só é considerado “bom” quando é luxuoso. Assim, “levar luxo para avenida”, gastando “rios de dinheiro”, significava retribuir a dádiva que se recebeu (o prazer de desfilar e a amizade, por exemplo). Afinal, a lógica social que orienta a dádiva também deve ser explicada por meio da obrigação de retribuir (MAUSS, 2013).

[...] o amor pela escola, isso é fundamental, desfilar na Jucutuquara é uma realização, é algo inexplicável. [...] todos os anos eu venho recebendo [...] convites pra desfilar em outras agremiações e eu nunca aceitei. [...] elas não são a minha escola de coração. Eu quero brilhar na minha escola! [...] você é um patrocinador da escola, você está levando luxo [...] (Entrevista destaque e estilista 2)

É interessante notar que o acontecimento dessas relações de dádiva, assim como o de outras práticas sociais quaisquer, organiza-se em torno dos arranjos materiais que dão suporte à prática carnavalesca. Nesse caso específico, troca-se a festa, o “privilégio” e a honra de ser destaque, o prazer de sentir-se majestoso (ou seja, bens simbólicos) por fantasias luxuosas e caras (bens materiais). Afinal, considerando que durante o desfile as fantasias (assim como os carros alegóricos) formam verdadeiras extensões dos corpos, o que seria dos destaques sem suas roupas suntuosas, seus imensos costeirosviii de penas de faisão ou seu carro alegórico?

Conforme destaca Mauss (2013), o fato de as obrigações de dar, receber e retribuir não se restringirem somente a bens materiais revela que no sistema de dádiva reina o respeito recíproco, a nobreza, a honra, o prestígio que o doador ganha ao dar. Assim, a dinâmica emocional/afetiva que constitui, organiza e orienta fortemente a prática da dádiva (assim como a vida em sociedade) é evidenciada.



Fotografia 02 – Destaque de chão do carro abre-alas

Fonte: <http://www.soues.com.br>



Fotografia 03 – Rainha de bateria

Fonte: <http://www.soues.com.br>

5.4 “UMA VIDA, UMA HISTÓRIA, UMA ESCOLA”

No ciclo carnavalesco de 2014/2015 a Unidos de Jucutuquara tinha como grande objetivo “representar positivamente sua comunidade” (CAVALCANTI, 1994). Afinal, “colocar a escola na avenida” era uma “questão de honra”, algo que não foi abalado nem mesmo com o falecimento do presidente da agremiação, há apenas dois dias do desfile.

Nesse dia, eu acompanhava os trabalhos no barracão pesado. Apesar das restrições financeiras e de tempo (há menos de 2 semanas do desfile carnavalesco, os carros alegóricos da Jucutuquara ainda estavam “no ferro”, ou seja, sem nenhuma escultura ou adereço), as poucas pessoas que estavam trabalhando no barracão sequer mencionavam a possibilidade de a escola deixar de desfilar; o que me impressionou. Pelo contrário, após essa grande perda, os integrantes da Jucutuquara ganharam um

motivo a mais para colocar a escola na avenida: honrar não apenas seu pavilhão, mas também a memória do presidente, que havia sido mestre de bateria e era um dos filhos da matriarca que fundou a agremiação.

Durante o desfile carnavalesco o ex-mestre de bateria foi homenageado. No último dos quatro carros alegóricos havia um grande *banner*, com uma foto do presidente sorrindo e a seguinte frase: “uma vida, uma história, uma escola” (ver fotografia 01).



Fotografia 04 – Último carro alegórico

Fonte: Fotografia tirada pela autora

Pude perceber que, para os integrantes da Jucutuquara, colocar a escola na avenida, honrando não apenas o pavilhão da escola, mas também a memória do presidente, também significava retribuir a dádiva que se recebeu (o prazer de desfilar, a amizade e a família, por exemplo). Assim, retribuir a dádiva também se revelou como um dos objetivos da Jucutuquara. Afinal, os objetivos de uma organização podem ir além de seus resultados, orientação, sobrevivência ou vantagem competitiva - sendo esses exemplos de objetivos instrumentais e racionais -, abarcando honra, prestígio, felicidade, alívio, sensação de “dever cumprido”; enfim, os afetos que os indivíduos sentem ao se engajarem em uma determinada prática.

Inclusive, durante a apuração do carnaval, o vice campeonato da Unidos de Jucutuquara foi dedicado ao seu presidente. Ao final da contagem das notas, eu (uma pesquisadora-integrante-foliã) e os integrantes da agremiação nos levantamos espontaneamente, batemos palmas e gritamos o nome do ex-mestre de bateria. Foi dessa forma que a lógica híbrida das relações de dádiva (MAUSS, 2003), o movimento, o aspectos vivo e o dinamismo do processo organizativo da produção carnavalesca foram

evidenciados. Diante disso, vale ressaltar, mais uma vez, que a prática é melhor compreendida por meio de seu dinamismo e movimento (SCHATZKI, 2002).

Colocar a escola na avenida, honrando o pavilhão e a memória do presidente, foi justamente a intenção/finalidade que guiou o que fazia sentido para os integrantes da Jucutuquara, orientando o desdobramento das ações imediatas desses indivíduos. Esse senso de propósito transformou-se, rapidamente, em um desejo muito forte, não apenas da diretoria ou do carnavalesco, mas de cada integrante e/ou folião que considerava a Jucutuquara sua “escola do coração”.

Conforme mencionado, a teleoafetividade também pode orientar o que as pessoas fazem, uma vez que os indivíduos socializados em torno de uma determinada prática incorporam microversões da teleoafetividade que a organiza; transformando-a justamente em desejo (SCHATZKI, 2002). Dessa forma, senso de propósito e afetos não são necessariamente contraditórios ou ambíguos, podendo se complementar; uma vez que a dinâmica emocional/afetiva constitui, funda os processos organizativos e a vida social (RECKWITZ, 2012). Aliás, uma das características das teorias da prática é justamente superar as várias dicotomias estabelecidas pelas teorias sociais modernas, deslocando a ênfase para as relações entre os atores sociais e os elementos que compõem as práticas cotidianas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propõem a analisar como outras possibilidades de relações sociais, marcadas pela honra, respeito, afeto e reciprocidade, influenciaram o processo organizativo (*organizing*), a vida social de uma escola de samba. Para compreender esses fenômenos utilizei a epistemologia de Schatzki e as noções de dádiva e reciprocidade de Marcel Mauss.

A fim de alcançar o objetivo geral, realizei esta pesquisa por meio da triangulação entre observação participante, entrevistas e pesquisa documental. Ressalto que a pesquisa está delimitada à análise da produção do desfile da Unidos de Jucutuquara, uma escola de samba de Vitória/ES, durante o ciclo carnavalesco de 2014/2015.

Em relação à análise e interpretação dos dados, empreguei o procedimento de análise de conteúdo temático *a posteriori*. Os resultados apontam que, no processo organizativo e na vida social da Unidos de Jucutuquara, as dádivas recíprocas revelaram-se como uma prática social, sendo fortemente marcadas e organizadas pelas teleoafetividades. O grande objetivo do carnaval de 2014/2015 foi honrar o pavilhão e a memória do presidente da escola, retribuindo a dádiva que se recebeu (o prazer de desfilar, a amizade e a família, por exemplo). Esse era o desejo de cada integrante e/ou folião que considerava a Jucutuquara sua escola do coração.

Diante disso, considero que os objetivos de uma organização estão para além de seus resultados, orientação, sobrevivência ou vantagem competitiva; abarcando honra, prestígio, felicidade, alívio, sensação de “dever cumprido”; enfim, os afetos que os indivíduos sentem ao se engajarem em uma determinada prática. Entender os objetivos organizacionais de modo estritamente performático é enxergar apenas a ponta do *iceberg* e não o acontecimento das organizações enquanto um fenômeno social.

Os objetivos (enquanto senso de propósito) de uma organização, ao serem incorporados pelos atores sociais durante sua socialização, transformam-se em desejos, abarcando sentimentos, emoções e humores dos indivíduos enquanto praticantes, atores sociais. Dessa forma, a teleoafetividade também podem orientar o que as pessoas fazem; sendo as dádivas recíprocas exemplos de ações de “fazer” e “dizer”, de práticas sociais orientadas por essa dinâmica afetiva.

Nos Estudos Organizacionais, as noções de dádiva e reciprocidade de Mauss têm sido empregadas ainda de modo emergente, concentrando-se em estudos sobre economia solidária (Ver FRANÇA; DZIMIRA, 1999; GAIGER, 2008; DE-FRANÇA-FILHO, 2013). Além

disso, este trabalho pode contribuir para o campo ao analisar a dádiva enquanto uma prática social, revelando que as teleoafetividades também podem orientar o que as pessoas fazem, ou seja, as práticas sociais. Mesmo nos EBP, ainda tem se dado pouca atenção a dimensão afetiva da vida social (RECKWITZ, 2012).

Sendo a prática o principal elemento constitutivo da realidade social (SCHATZKI, 2002; NICOLINI, 2013; FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011), afirmar que as teleoafetividades organizam toda e qualquer prática (SCHATZKI, 2002, 2005, 2006, 2012) significa ressaltar que as teleoafetividades são dimensões básicas, elementos constitutivos e fundadores da vida em sociedade na qual estamos todos e “desde sempre” já imbricados (HEIDEGGER, 2005; RECKWITZ, 2012). Dessa forma, a afetividade poderia ser reintegrada às análises sociais e organizacionais; afinal, afetos, sentimentos, emoções e humores assumem um papel ativo na constituição da realidade social e dos processos organizativos (RECKWITZ, 2012).

Algumas limitações acompanham este trabalho. Devido ao falecimento do presidente da agremiação, não foi possível entrevista-lo formalmente. Além disso, por ser a escola de samba uma organização multissituada, não foi possível acompanhar o desdobramento de todas as atividades da produção carnavalesca.

A fim de traçar diferenças e semelhanças entre distintos processos organizativos, estudos futuros poderiam analisar a dinâmica afetiva de outras organizações ou manifestações culturais tipicamente brasileiras (por exemplo: das Quadrilhas Juninas, ou até mesmo do Congo, uma manifestação capixaba).

REFERÊNCIAS

- BAUER, M.; GASKELL, G; ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - evitando confusões. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- BLASS, L. M. S. Desfile na avenida, trabalho na escola de samba: a dupla face do carnaval. São Paulo: Annablume, 2007.
- BUCHANAN, D. A. The Role of Photography in Organization Research. *Journal of Management Inquiry*, 10(2), 151-164, 2001.
- CARMO, L. P. T. A organização das práticas e o trabalho gerencial: Fragmentos do cotidiano da gestão de uma escola pública municipal. 164 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- CAVALCANTI, M. L. V. C. Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile. Rio de Janeiro: Minc/Funarte, 1994.
- CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. *Organization*, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.
- Organizing: how to study it and how to write about it. *Qualitative Research in Organizations and Management: An International Journal*, 3(1), 4-20, 2008.
- DE FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?. *Cadernos EBAPE. BR*, v. 11, n. 3, p. 443-461, 2013.
- FELDMAN, M. S.; ORLIKOWSKI, W. J. Theorizing practice and practicing theory. *Organization Science*, v. 22, n. 5, p. 1240–1253, 2011.
- FRANÇA, G. D.; Dzimira, S. Economia solidária e dádiva. *Organizações & Sociedade*, 6(14), 141-183, 1999.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálysis*, v. 11, n. 1, p. 11-19, 2008.
- GOLDWASSER, M. J. O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Parte I. 14a. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. JARZABKOWSKI, P.; BALOGUN, J.; SEIDL, D. Strategizing: the challenges of a practice perspective. *Human Relations*, v. 60, n. 1, p. 5-27, 2007.
- JÚLIO, A. C. Estratégia como prática na produção do desfile de uma escola de samba. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- JÚLIO, A. C.; TURETA, C. Estratégia como prática na produção do desfile de uma escola de samba. VII Encontro de Estudos em Estratégia. Anais... Brasília, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANTERE, S. Strategic Practices as Enablers and Disablers of Championing Activity, *Strategic Organization*, v. 3, n. 2, p. 157–184, 2005.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. São Paulo: Cosac & Naify, 2013.

NICOLINI, D. *Practice Theory, Work, & Organization: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

OLIVEIRA, J. S. A política emocional nas práticas de organização do circo contemporâneo: uma etnografia multissituada no contexto Brasil-Canadá. 296 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RECKWITZ, A. Toward a Theory of Social Practices: A development in culturalist theorizing. *European journal of social theory*, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

Affective spaces: a praxeological outlook. *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, v. 16, n. 2, p. 241-258, 2012.

SABOURIN, E. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 131-138, Feb. 2008.

SANTOS, L. L. S. O trem não pode parar: reformando uma oficina de locomotivas. 311f. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

SCHATZKI, T. R. *The site of the social: a philosophical account of the constitution of social life and change*. Pennsylvania: Pennsylvania State University, 2002.

The Sites of Organizations. *Organization Studies*. 26(3), 2005

On organizations as they happen. *Organization Studies*, 27(12), 1863- 1873, 2006.

A primer on practices: Theory and research. In: HIGGS, J., BARNETT, R., BILLET, S.; HUTCHINGS, M.; TREDE, F. *Practice-based education: perspectives and strategies*. Rotterdam, The Netherlands: Sense Publishers, 2012.

SCHATZKI, T.; KNORR-CETINA, K.; VON SAVIGNY, E. *The practice turn in contemporary theory*. London: Routledge, 2001.

SCOTT, W. R. *Field Methods in the Study of Organizations*. In: J. G. March (Ed.). *Handbook of Organizations*. Chicago: Rand McNally & Company, 1972.

SONPAR, K. & GOLDEN-BIDDLE, K. Using Content Analysis to Elaborate Adolescent Theories of Organization. *Organizational Research Methods*, 11(4), 795- 814, 2008.

SOU ES (2015). Disponível em: <http://www.soues.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Handbook of qualitative research. Thousand Oaks, London, New Delli: Sage, 1994.

TURETA, C.; ARAÚJO, B. F. V. B. de. Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais. Organizações & Sociedade, v. 20, n. 64, p. 111-129, 2013.

UNIDOS DE JUCUTUQUARA (2015). Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Unidos de Jucutuquara. Disponível em: <http://www.jucutuquara.com.br>. Acesso em: 18 mar. 2015.

VIVA SAMBA (2015). Disponível em: <http://www.vivasamba.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2015.

YANOW, D. Organizational ethnography between toolbox and world-making. Journal of Organizational Ethnography, vol. 1, n. 1, 2012.

ⁱ História que está sendo contada pela escola durante o desfile carnavalesco.

ⁱⁱ Samba que retrata o enredo escolhido para o desfile de uma escola.

ⁱⁱⁱ Também chamadas de carros alegóricos. São carros ornamentados que representam parte do enredo.

^{iv} É um samba mais curto que narra o amor dos integrantes à sua escola de samba, exaltando a agremiação.

^v Documento público disponibilizado pela Liga das Escolas de Samba a todas as agremiações.

^{vi} Documento interno da escola de samba que trata da ordem sequencial das alas e dos carros alegóricos.

^{vii} Documento produzido pela agremiação (descrevendo o enredo, o samba-enredo e a setorização do desfile) e enviado para a Liga das Escolas. O envio do *script* é uma obrigação prevista no regulamento do carnaval.

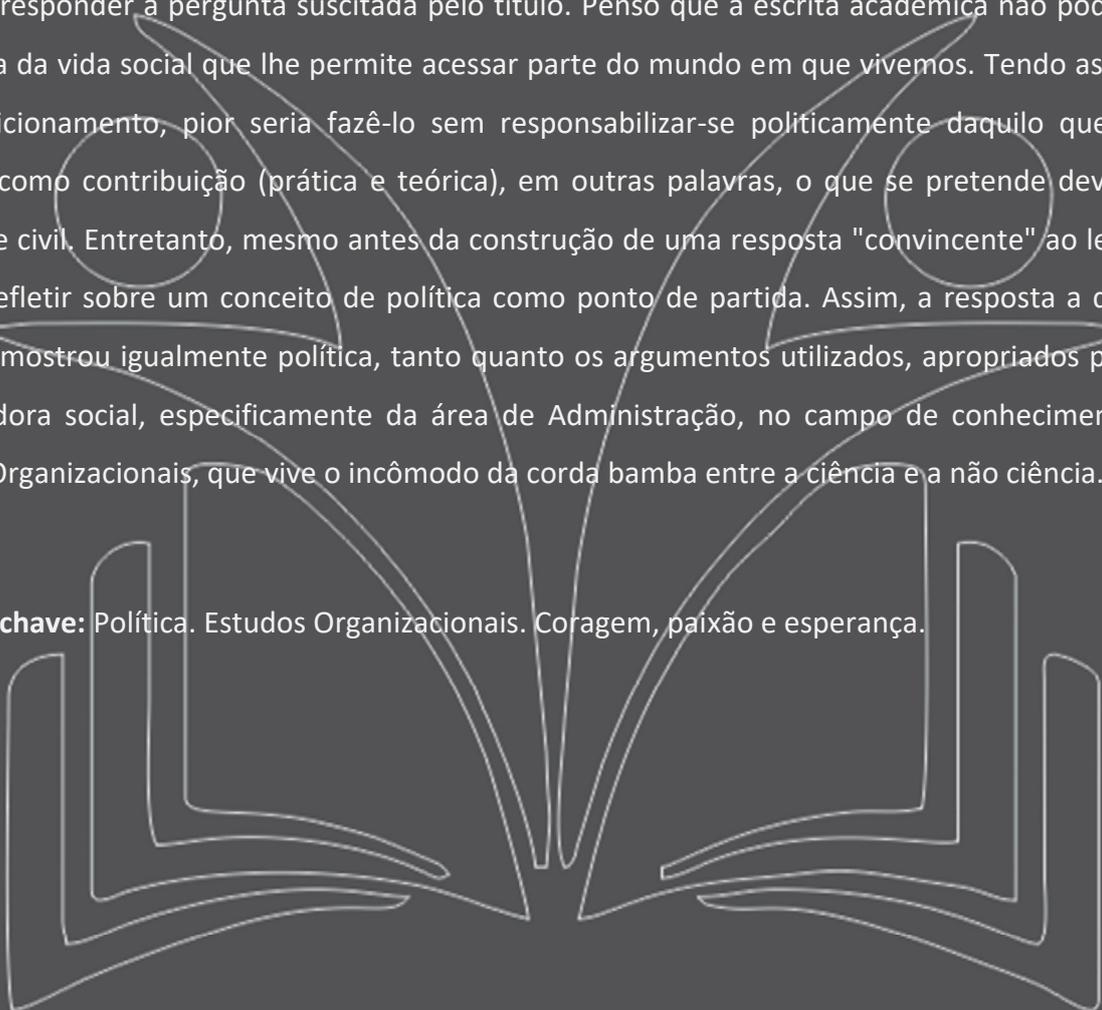
^{viii} Elemento da fantasia que será “encaixado” no ombro do folião, dando “volume”, complementando a fantasia.

Capítulo 3

POR QUE MINHA TESE É POLÍTICA?

Resumo: Este trabalho se trata de um artigo de opinião, que parte das inquietações de sua autora ao procurar responder à pergunta suscitada pelo título. Penso que a escrita acadêmica não pode estar deslocada da vida social que lhe permite acessar parte do mundo em que vivemos. Tendo assumido esse posicionamento, pior seria fazê-lo sem responsabilizar-se politicamente daquilo que busca alcançar como contribuição (prática e teórica), em outras palavras, o que se pretende devolver a sociedade civil. Entretanto, mesmo antes da construção de uma resposta "convincente" ao leitor foi preciso refletir sobre um conceito de política como ponto de partida. Assim, a resposta a questão inicial se mostrou igualmente política, tanto quanto os argumentos utilizados, apropriados por esta pesquisadora social, especificamente da área de Administração, no campo de conhecimento dos Estudos Organizacionais, que vive o incômodo da corda bamba entre a ciência e a não ciência.

Palavras-chave: Política. Estudos Organizacionais. Coragem, paixão e esperança.



*Se queremos que as coisas fiquem como estão, é preciso que tudo mude.
O novo reino precisa de ordem, de legalidade, de lei.
É preciso antes de mais nada sufocar qualquer tentativa anarquista.
Chega de aventuras e desordem.
(Gattopardo, 1963¹)*

Em minhas inquietações ao tentar responder à pergunta “por que minha tese é política?” precisei parar para uma profunda reflexão. Escolher que argumentos utilizaria para defender minha opinião, principalmente porque, internamente, não tenho dúvidas que minha tese – ainda que mal tenha começado a esboçá-la – é política. Mas como elaborar uma arguição consistente e relevante? Aliás, o pensar cauteloso procurando estabelecer coerência no raciocínio, ajudou-me a apropriar ainda mais do “meu” tema, reforçando, não apenas internamente, mas principalmente me capacitando a exteriorizar sua relevância social.

Em minha tentativa de resposta, recorri a alguns autores como Antonio Gramsci, Hannah Arendt, Michel Foucault, para formular um conceito de política que se aproximasse ao que, antes das leituras, imaginava ser “política”, contudo com mais potência, afastando-me do senso comum. Assim, parto do entendimento da política como o resultado da crítica, a partir do conflito ou da luta situada no tempo e no espaço, permeada pela ação e envolvimento dos sujeitos no âmbito público, voltada para a coletividade (em oposição ao individualismo). A seguir apresento os conceitos que me levaram a essa compreensão.

Em Arendt (2006), procurei entender o que é essa política defendida pela autora, que se baseia na pluralidade dos homens, a partir da convivência entre diferentes e que encontra seu sentido na liberdade. Nessa busca, o que mais me marcou foi o fragmento que transcrevo a seguir:

A preocupação com o mundo pressupõe algo como uma obrigação, um dever de se preocupar. Isso pode acontecer de diferentes maneiras. Por exemplo, também levando-se “questões antiinilistas” ao espaço político-público para ali serem discutidas. Dependendo da situação, talvez sejam necessárias a capacidade de sofrer, a virtude do suportar ou a coragem para agir. Em termos genéticos, que a esperança repouse sobre aqueles que vivem apaixonadamente sob as condições do deserto e que podem agir com coragem: pois o que eles fazem, é político (ARENDR, 2006, p. 183, grifo meu).

Uma leitura rasa dos pensamentos da autora pode considerá-la romântica por trazer à baila palavras como: “esperança”, “coragem”, “paixão”, porém, minha leitura foi um pouco diferente. Vejo na esperança o pressuposto que impede que a luta, a vontade de lutar, morra dentro do sujeito.

¹ Filme Gattopardo, II. 1963. Direção: Luchino Visconti. Produção: Titanus. Disponível em DVD.

A coragem em não se contentar com o (pré)estabelecido, para buscar, acima de tudo, o convívio entre os diferentes – mundos, pensamentos, concretudes e abstrações, as mais variadas formas de viver em cada indivíduo – com o objetivo de encontrar o equilíbrio necessário para existência desses seres tão “diferentes” e ao mesmo tempo “tão iguais”. A paixão no sentido do envolvimento, um envolvimento profundo, de corpo e alma, que não perde seu vigor, sua vontade, sua força de enfrentamento, que não perde a esperança, e com isso, retroalimenta sua própria coragem.

Nesse ponto, recorro a Foucault (2013, p. 141) ao tratar a questão da parresía – conceito extraído das peças gregas – da fala franca, do dizer a verdade, nas palavras do autor, “a liberdade de tomar a palavra e, na palavra, exercer a fala franca”. Na parresía busca-se não apenas a liberdade da fala, mas também a noção de coragem necessária para o exercício da fala franca, aquela que descarta os artifícios da retórica ou da lisonja, e neste feito, aceita o risco do “dizer a verdade”. Aqui, igualmente encontro, além da coragem, a noção de paixão e esperança não apenas no falar, mas no agir político.

No dicionário gramsciano a ideia de política surge “como chave de análise e de interpretação do mundo moderno e contemporâneo”, ligada ao “ensinamento moral do sentido da ação, ou produzida, ou submetida, na dialética dos sujeitos sociais do conflito” (SUPPA, 2016, p. 630). Novamente a presença da luta, do conflito e da ação. Mas como lutar sem coragem, ou sem disposição para o conflito, ou sem o incômodo causado ao ver uma realidade que faz de uns “mais iguais que outros” e dá aos primeiros vantagens e lança o “resto” ao mínimo?

Será que a disposição para encarar a luta não reside na esperança de que algum dia seja possível diminuir as desigualdades? Ou na “paixão” mora o envolvimento pessoal que alimenta a alma, que impulsiona o corpo para a luta? Ou estaria eu mesma sendo romântica ao pensar dessa forma? Ou apenas defendendo a certeza que tenho de que minha tese é política porque decidi me apropriar dela com coragem, paixão e esperança? Coragem ao explorar criticamente o tema que escolhi; paixão ao envolver-me na pesquisa, seja escrevendo, em campo, ou nas análises e interpretações; e esperança que meu trabalho tenha desdobramentos socialmente relevantes.

A política faz do mundo um lugar mutável, não estático, no qual figuram infinitas possibilidades de mudanças (SUPPA, 2016), para melhor ou pior, basta observar o que os políticos brasileiros têm feito no governo. Aliás, Hannah (2006) alertou-nos para a confusão comumente feita entre política e políticos, estes, que, ao chegarem na posição de representantes do povo tratam da coisa pública como privada (literalmente), colocam a frente dos interesses de seus representados os próprios interesses

mesquinhos, optando por ações que beneficiam a si mesmos e aos seus, esquecendo-se para que e por quem chegaram onde estão.

Mas... voltemos a tese. Por que minha tese é política? Acredito que em primeiro lugar pelas próprias escolhas que faço, tanto teóricas, metodológicas, tema, objetivos etc. Quando opto por abordar um tema que acredito ser relevante, a ele dou determinados contornos, todos frutos de minhas preferências, decidindo por um caminho e não por outro. São essas escolhas que faço que delineiam a abordagem irei adotar ao escrever meu texto – e como é forte essa questão da propriedade do texto – que diz sobre mim, qual desenho que vou traçar: mais funcionalista, ou prescritivo, ou crítico, ou interpretativo?

Além disso tem meu próprio envolvimento nesse trabalho, com os sujeitos, quando “elejo” os indivíduos ou grupos que participarão na pesquisa. E ainda quando determino o quanto estou disposta a “sujar as mãos”, ou, como dizia uma professora doutora que conheço “tirar o jaleco branco da ciência e me lambuzar com a pesquisa”. Ademais, penso que ciência social é muito mais que experimentos, modelos e hipóteses que precisam ser testadas por modelos estruturais complexos.

Pesquisa esta realizada em uma universidade pública, ou seja, custeada pelos cidadãos, financiada por uma agência de fomento nacional e que ao final se tornará pública. Por tudo isso, penso que preciso assumir a responsabilidade de não ficar “em cima do muro”, tenho o dever de me posicionar perante aqueles que em algum momento terão acesso a esse trabalho, ainda que parcialmente.

Outra questão que julgo importante é mostrar aos sujeitos, que participarão do meu trabalho, os resultados e as conclusões advindas dele. Não tenho o direito de apenas usá-los como cobaias, não se tratam de “ratinhos” de laboratório, muito pelo contrário, são pessoas, que colaboraram, que são produtores dessa tese junto comigo, e que exatamente por isso merecem todo o meu respeito e atenção. Aliás, o que seria da tese sem eles?

De que vale o conhecimento gerado se este ficar restrito apenas à academia? Tem o pesquisador o direito de limitar o acesso a suas descobertas? É provável que alguns respondam que sim, entretanto de que servirá algo que se encerra em si mesmo? Ademais, não acredito que uma pesquisa social pode encerrar-se em si mesma, ao se dizer social pressupõe que a prestação de contas à sociedade está intrínseca, que é parte integrante da investigação da qual se diz procedente. Não estou negando o direito à propriedade intelectual, não se trata disso, o que estou defendendo é sim o compromisso do pesquisador em fornecer respostas, apontar possibilidades, ou ainda, de levantar novas questões socialmente significativas.

Embora não pretenda convencer as pessoas estabelecendo “minhas verdades”, minha tese será fruto de minha interpretação, influenciada por uma visão particular de mundo, influenciada por minhas construções e socializações (BERGER; LUCKMANN, 1985). Ainda que eu tenha me cercado de autores renomados e influentes no campo (BOURDIEU, 2006) para formular minhas proposições, a escolha que faço e minha compreensão a partir delas também é política. Ademais, acredito que toda produção simbólica, ligada ao material é política.

Julgo ser a tese uma oportunidade de o pesquisador superar suas próprias limitações – fantasiosas, advindas de seu conhecimento parco do mundo; ou reais (o que é real?) resultado das contingências impostas à pesquisa e ao pesquisador – expandir em conhecimento a partir das contribuições teóricas, mas ir além oferecendo contribuições práticas a sociedade. Ao declarar publicamente sua visão e interpretação dos fatos sociais ora investigados, esse pesquisador amplia e vivencia a complexidade da própria existência. Sua tese se torna pública, tem a possibilidade de tomar proporções que o autor nem sequer consegue prever. Ou seja, um trabalho que precisa, ou melhor, deveria assumir determinadas responsabilidades em sua produção, uma vez que expande o horizonte não apenas daquele que a produziu (habilitando este como doutor), mas também daqueles que terão acesso a esses escritos. Ou àqueles que partirão desse texto em outras pesquisas, que a assumirão como “verdade”, ou, ainda para outros tantos que promoverão novos estudos com objetivo de refutar o que foi dito.

Se a letra, ora morta da tese, tem chances de ultrapassar seu autor, vai depender de como o pesquisador se posiciona ao tomar para si tal responsabilidade, se buscou produzir um conhecimento reflexivamente aplicado (e aplicável) à atividade social ou se preferiu reproduzir modelos já existentes, tornando-se um “replicante²”. Acredito ser o desenvolvimento autocrítico e reflexivo do conhecimento a chave de uma produção relevante. Mas essas escolhas são políticas, ou seja, dependem de seu produtor querer, ou não, assumir o risco de ser criticado, refutado, expor-se, buscar superar seus próprios limites.

Penso que fazer ciência humana é isso, vivenciar a complexidade da própria existência, reconhecer seus medos, mas não deixar limitar-se por eles, “dar a cara a tapa”, abandonar o conforto do lugar comum, ter coragem para criar.

² Filme: Replicante. 2001. Direção: Ringo Lam. Disponível em DVD.

Optar pela criação é um risco que responde a perguntas que foram formuladas de maneira particular, nas inquietações e incômodos de seu autor, que, exatamente por isso, poderão ser julgadas como tolas ou geniais, relevantes ou insignificantes. Se viver pressupõe assumir riscos, seria passível ao pesquisador tentar eximir-se dessa “condenação”? Retomo, segundo minhas reflexões, à política que vem da crítica, que não escapa do conflito, que não foge à luta, que almeja a ação e o envolvimento do sujeito, dito de outro modo, que tem coragem, paixão e esperança.

Sinto-me andando em círculos, percorrendo caminhos que já escolhi ao defender porque minha tese é política e, só então, percebo a linha tênue que separa o engajamento da arrogância. Para não cair na armadilha de achar que meu conhecimento é suficiente para expandir meus horizontes e de outros, preciso reconhecer minhas próprias limitações, não me deixar levar pelo ego achando que porque li este ou aquele autor, que passei quatro anos desenvolvendo minha tese que aquilo é “a” resposta, “a” solução ou “o” caminho para a sociedade.

O que vou oferecer ao final de tudo trata-se apenas mais uma visão de mundo, da minha percepção a partir de onde estou situada, influenciada por minhas crenças, assumindo que ainda que a ciência pregue a neutralidade do sujeito pesquisador, isso não passa de balela. Minhas escolhas teóricas, metodológicas, escolhas de tema, lócus, a tese que irei defender decorrem das minhas orientações, “falam” muito mais sobre mim do que a pretensa vontade da criação de verdades. O texto final da tese reflete um passado situado que não pode assumir conotações de exatidão, que olha para trás, que tem sim a possibilidade de apontar para o futuro, mas também de ser esquecido, solapar em sua própria insignificância. São riscos que corremos ao escrever. É o risco que corro agora ao mostrar-me, ao procurar dar sentido a meus pensamentos, ao argumentar porque acredito profundamente que minha tese é política.

Recorro assim às palavras de Giddens (1991, p. 49) “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre as próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter”. Tanto as práticas sociais, quanto o conhecimento dessas práticas, a geração de informação, a produção de saberes está em constante desdobramento, a cada discurso produzido emergem novas realidades possíveis a partir do dissenso e não do consenso.

O discurso da tese reproduzido na escrita não passa de uma prática que almeja o convencimento, utilizando-se de saberes instrumentalizados e previamente legitimados. Contudo, entendo que seu autor tem na subversão a alternativa de desafiar modelos teóricos fechados em si mesmos, mas essa

atitude – ação política – requer coragem. Coragem de ousar, de se colocar como protagonista de sua produção, de paixão ao assinar sua obra – como um artista que escreve o nome em uma obra de arte sabendo que uns a admirarão, outros a criticarão e muitos a ignorarão. É preciso saber que isso faz parte do “jogo”. O pesquisador não “tem que” agradar, não tem a obrigação de ser aceito, de se tornar unânime (aliás, nunca será!), mas tem o dever de ser crítico, de pensar criticamente nas questões sociais que o cercam.

Então minha tese é política porque estou disposta a assumir riscos, a dar minha cara a tapa, a receber críticas e refletir a partir delas, mas também a criticar o estabelecido, o que está posto, a realidade que irei investigar. Além disso, não tenho a intensão em reproduzir saberes, ainda que tenha consciência que corro esse risco. Pretendo entregar-me de corpo e alma (aqui a minha paixão) nessa construção, afinal de contas são quatro anos da minha vida que não podem ser desperdiçados me empenhando que algo que não acredito, ou pior ainda, fazê-lo de maneira superficial. Conheço algumas implicações presentes nessa decisão, outras só descobrirei ao logo do meu trabalho, ou ainda depois de tê-lo concluído, mas estou disposta, entendo que pesquisador e pesquisa se constroem um ao outro. Não me importo em ser a “Geni³”, e que venham as pedras!

E nessa construção assumo o compromisso – quase um juramento isso – de estar atenta para absorver e verificar transformações sociais que impactarão nesse constructo. Contudo, não faz parte dos meus desejos, ainda que sinceros e bem-intencionados, o papel de explicar o mundo, o máximo que consigo – se é que consigo fazê-lo a contento, é explicar o meu mundo, este que enxergo, tão limitado quanto meus próprios pensamentos – é reconstruir um pedaço do objeto da pesquisa, aliás, penso ser esse o papel que tenha uma tese. Pensando bem o romantismo continua incrustado em meus pensamentos, mas não necessita a vida um olhar mais esperançoso?

³ Canção: Geni e o Zepelim. Chico Buarque de Holanda, 1978.

REFERÊNCIAS

ARENDR, Hannah. O que é política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia e Conhecimento. Petrópolis, Vozes, 1985.

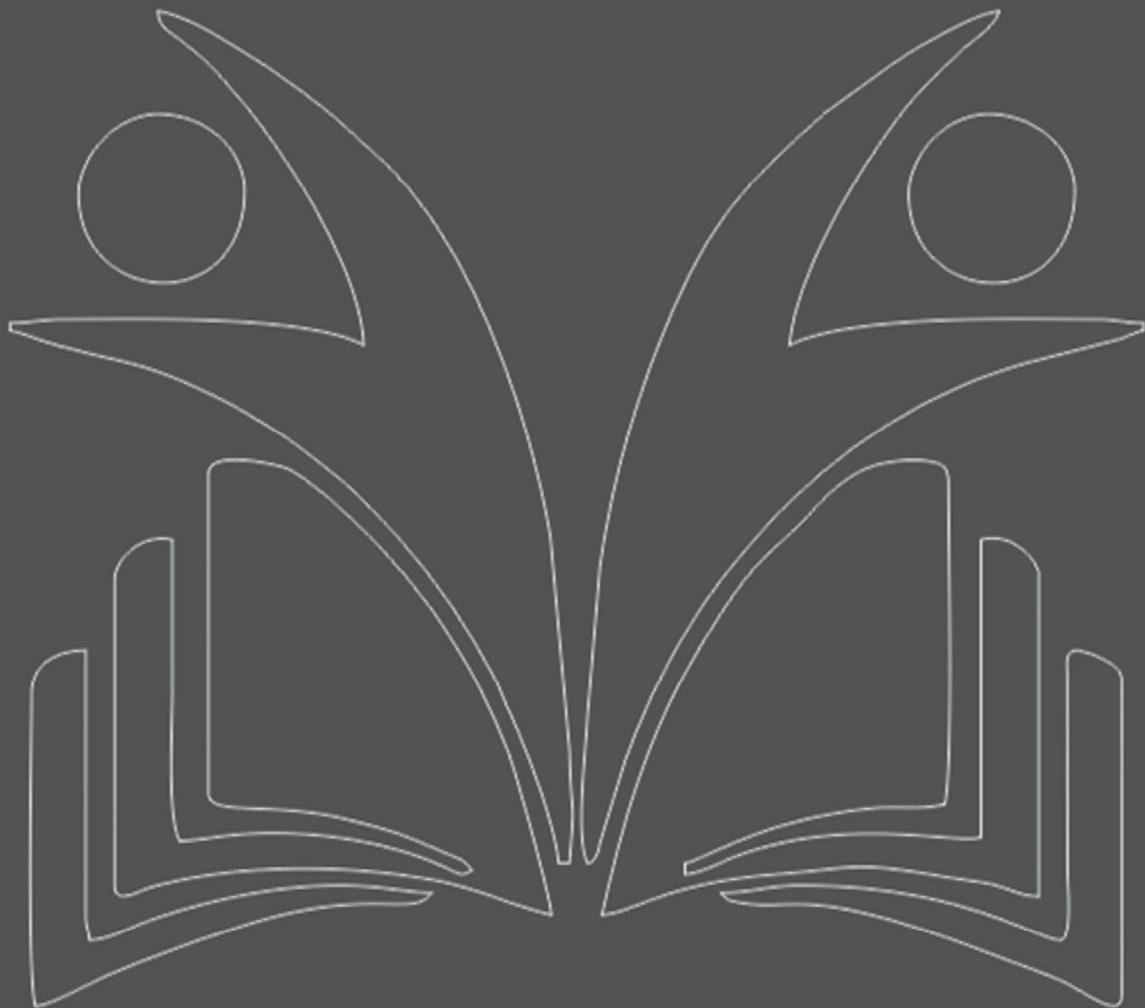
BOURDIEU, P. O Poder Simbólico. São Paulo: Saraiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. GIDDENS, A. As consequências da modernidade. Unesp, 1991.

SUPPA, Silvio. Política. In: Liguori, Guido; VOZA, Pasquale (Orgs.). Dicionário gramsciano (1926 – 1937). São Paulo: Boitempo, p. 630-633, 2016.

Capítulo 4

TEMPO E ESPAÇO: SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS
AO CONTEXTO NO QUAL UMA ESCOLA DE
SAMBA ACONTECE



1. O CARNAVAL VAI COMEÇAR

Para as escolas de samba, o desfile carnavalesco não significa apenas um grande festejo, mas “[...] toda a sua preparação, ao longo da qual um novo enredoⁱ transformar-se-á gradualmente em samba-enredoⁱⁱ, em alegoriasⁱⁱⁱ e em fantasias [...]” (Cavalcanti, 1994: 15). Para essas agremiações, o carnaval acontece o ano todo (Blass, 2007), podendo ser subdividido em dois grandes conjuntos de atividades: produção e execução do desfile. Cada ciclo carnavalesco representa um recomeço, os enredos se renovam, exigindo novos sambas- enredo, fantasias e alegorias. O carnavalesco, os profissionais dos ateliês^{iv}, do barracão^v e a diretoria da escola também podem mudar (Blass, 2007). Após o desfile, ocorre a apuração das notas conferidas às escolas por cada um dos jurados. A apuração se baseia em quesitos de julgamento^{vi}, regras instituídas e previamente definidas, que estabelecem as diretrizes básicas para as apresentações.

Dessa forma, percebe-se que a produção do desfile não é uma festa desordenada, mas um conjunto organizado de práticas sociais; de múltiplas atividades humanas e arranjos materiais (Schatzki, 2006) situados no tempo e no espaço, em um dado contexto, que reunidos contribuem para que as escolas atinjam seu objetivo de desfilar na avenida.

O contexto no qual as práticas (“produzir o carnaval”, por exemplo) e as organizações (como uma escola de samba) acontecem pode ser compreendido como um espaço de inteligibilidade, uma vez que a compreensão desses fenômenos sociais só é possível por meio de um entendimento prévio do contexto produzido por eles (Schatzki, 2005). O contexto se contrapõe a ideia de uma mera sucessão de elementos, eventos, ou amontoado de lugares físicos, abarcando as categorias sociais espaço e tempo sem ser mero sinônimo de tempo ou espaço (Schatzki, 2005).

Apesar de as escolas de samba serem objeto de estudo da sociologia e da antropologia há décadas e do significativo impacto econômico e social para o Brasil, os estudos organizacionais lhe deram pouca atenção. A forma de organização dessas agremiações e as práticas organizativas empregadas na produção de um desfile ainda não foram muito exploradas (Tureta & Araújo, 2013). As escolas de samba são espaços de disputas e contestações, nos quais tradição e modernidade têm sido confrontadas (Cavalcanti, 2008; Ferreira 2004;). Considerando que tempo e espaço não são dissociáveis, mas componentes intrínsecos das atividades humanas (Schatzki, 2005, 2006), o objetivo do nosso trabalho é: analisar como o entrecruzamento entre tempo e espaço permitiu atribuir diferentes sentidos e significados ao contexto no qual as práticas de produção do desfile carnavalesco aconteceram.

O foco da pesquisa foi a análise de eventos e atividades que aconteceram na quadra da Unidos de Jucutuquara (uma escola de samba brasileira, sediada na cidade de Vitória/ES) durante o ciclo carnavalesco de 2014/2015. Para que a produção do desfile pudesse ser estudada, um dos pesquisadores acompanhou os ensaios gerais entre os meses de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015. Dessa forma, triangulamos observação participante, entrevistas não estruturadas, imagens e fotografias. Em relação à interpretação dos dados, empregamos a análise de conteúdo temático *a posteriori* (Krippendorff, 2004).

Com o intuito de aproximar o leitor do universo do Carnaval, usamos termos que fazem alusão ao desfile carnavalesco para denominar as sessões que organizam este trabalho. No próximo tópico, debatemos a “Ontologia de Contexto” de Schatzki (2005, 2006), articulando-a aos sentidos e significados que são atribuídos e circulam no espaço organizacional. Posteriormente, apresentamos o percurso metodológico que orientou nossa investigação, assim como a Unidos de Jucutuquara, a escola de samba que foi o objeto deste estudo. Em seguida, discutimos os resultados (ilustrados por meio das categorias temáticas) que emergiram da análise dos dados. É o tempo mudando o espaço! Por fim, tecemos, no último tópico, nossas considerações finais.

2. O “ESQUENTA” DA BATERIA

O contexto no qual as práticas e as organizações acontecem pode ser compreendido como um espaço de inteligibilidade, uma vez que a compreensão desses fenômenos só é possível por meio de um entendimento prévio do contexto produzido por eles (Schatzki, 2005). Os espaços de inteligibilidade são inerentemente sociais (por envolverem várias pessoas), coletivos (por serem comuns a essas pessoas), historicamente situados no tempo (em determinada época) e no espaço (em determinado *locus*) (Nicolini, 2013). Dessa forma, as práticas sociais podem ser entendidas como arenas sociais e coletivas de ação, permeadas de espaços de inteligibilidade; arenas nas quais os indivíduos vivem, interagem e convivem de modo inteligível (Schatzki, 2005).

No entanto, o contexto no qual as atividades humanas se desdobram não pode ser tratado apenas como o conjunto da interação dos indivíduos, pois ele é intrinsecamente parte de tais atividades, sendo ele composto por uma malha interligada de práticas e arranjos materiais, representando o domínio do qual os fenômenos fazem parte (Schatzki, 2003). O contexto não se resume a um local físico, mas representa uma arena onde fenômenos ocorrem; afinal, o que uma entidade ou evento é

está vinculado ao contexto, assim como a natureza e a identidade do contexto está vinculada à entidade ou ao evento (Schatzki, 2005).

Para Schatzki (2006), outro ponto importante para a ideia de organizações como acontecimento diz respeito ao “tempo da atividade”. Esse tempo não é cronológico e envolve, conjuntamente, passado, presente e futuro. A dimensão passada de uma atividade refere-se à motivação para sua realização. Tendo algo (uma situação, uma evento) um ponto de partida, uma resposta ou ação relativa a esse ponto de partida será realizada. Assim, o passado não deve ser entendido como um tempo que não existe mais. Tal como o passado, o futuro também se faz presente. A dimensão futura de uma atividade é a ação orientada para um fim que está por vir, a ação projetada para o futuro. Já a dimensão presente de uma atividade é a atividade propriamente dita. O passado não desaparece no presente e o futuro não está suspenso no presente, pois todos eles se manifestam conjuntamente. Portanto, o tempo da atividade pode ser definido como a ação – que compõe uma atividade (presente) – orientada para um fim (futuro) a partir de uma motivação (passado) (Schatzki, 2006). Uma vez que qualquer ação se desenvolve em um determinado tempo-espço, o entrecruzamento destes possibilita aos sujeitos produção de sentidos sobre suas práticas.

Fantinel e Cavedon (2010, p. 9) afirmam que é no “entrecruzamento de espaço e tempo que se criam e circulam diferentes representações e símbolos, sendo esse processo de atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que transforma o espaço da cidade em lugar”. Assim, o espaço não está apenas relacionado com a estrutura construída (com cimento e tijolos) ou com disposição do ambiente interno (composto por móveis e outros artefatos) de uma organização. O conceito de espaço refere-se à como as organizações se relacionam entre si e com o mundo social mais amplo, sendo uma organização parte fundamental para a construção dos espaços em que vivemos (Dale & Burrell, 2008).

Diante disso, ao refletir sobre a relação entre uma escola de samba (como uma organização) e sua localidade, concordamos com Cavalcanti (1994). A autora argumenta que uma agremiação pode ser percebida como o produto da interação do samba com seu universo social; uma vez que através da escola, a comunidade pensa sobre si mesma de forma positiva. Dessa forma, uma das funções dessas agremiações é representar sua localidade, ampliando seu espaço social. A vinculação ao lugar onde se encontra sediada seria uma das características básicas de uma escola de samba. Muitas escolas, por sinal, costumam trazer essa localidade em seu nome (Cavalcanti, 1994).

Assim, a comunidade em que uma escola de samba está sediada também compõem o contexto no qual a prática de produzir o carnaval se desdobra, não sendo apenas compreendida como um lugar

físico, como o bairro onde estão localizados a sede, a quadra, os ateliês e o barracão da agremiação. A sede de uma escola, assim como seus ateliês, barracão e quadra são dotados de identidade e significado para seus integrantes e foliões, sendo uma realidade no tempo, o contexto que permite compreender e interpretar o “mundo” dessa agremiação, assim como a prática de produzir o carnaval.

3. A HARMONIA DA ESCOLA

Para atingir nosso objetivo, o foco da pesquisa foi a prática carnavalesca de produção do desfile; o que envolveu a análise dos diversos eventos e atividades que aconteceram na quadra da Unidos de Jucutuquara durante o ciclo carnavalesco de 2014/2015. Para que o processo de produção do desfile pudesse ser analisado, um dos pesquisadores acompanhou o cotidiano da escola e os ensaios gerais (realizados na quadra) entre os meses de dezembro de 2014 e fevereiro de 2015, período em que as atividades de produção carnavalesca se tornam muito intensas devido à proximidade com o carnaval.

Com o intuito de tornar os dados coletados mais substanciais e considerando a complementariedade dos diferentes instrumentos de coleta de dados (Stake, 1994), triangulamos observação participante, entrevistas não estruturadas, imagens e fotografias. Foram realizadas 16 observações, totalizando cerca de 49 horas. Além disso, 5 integrantes da escola foram entrevistados; dentre eles o carnavalesco, dois estilistas (que também eram destaquesvii), um fornecedor e os coreógrafos da comissão de frente. As entrevistas tiveram duração média de 1 hora e 20 minutos. Por meio de imagens e fotografias buscamos ilustrar com mais detalhes narrativas, cenas do cotidiano da escola e elementos de práticas organizativas muitas vezes complexas (Buchanan, 2001).

Em relação à análise e interpretação dos dados, empregamos o procedimento de análise de conteúdo temático *a posteriori* (Krippendorff, 2004), levantando temas que se mostraram relevantes para o objetivo da pesquisa.

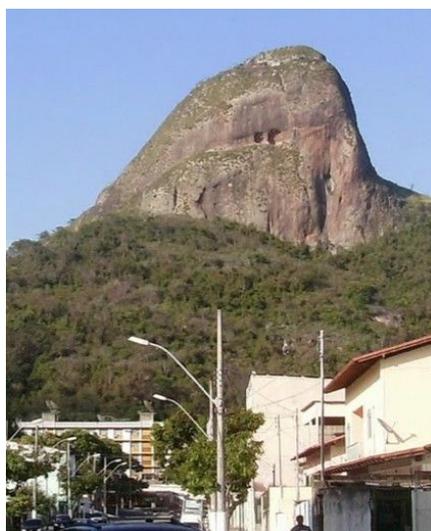
4. A JUCUTUQUARA ENTRA NA AVENIDA

A Unidos de Jucutuquara foi fundada como um bloco carnavalesco, em 1972. Depois de ser campeã do concurso de blocos de 1986, a Jucutuquara se tornou Grêmio Recreativo Escola de Samba. Nos anos de 1990, 2002, 2004, 2006, 2007, 2008 e 2009, a escola consagrou-se campeã, acumulando sete títulos do grupo especial do carnaval de Vitória/ES, passando a ser considerada uma agremiação tradicional. Os símbolos da Jucutuquara também ilustram a vinculação da escola ao bairro onde se encontra sediada. A organização escola de samba, como qualquer outro fenômeno social, é parte

inerente do contexto no qual acontece (Schatzki, 2006), o produto da interação do samba com seu universo social (Cavalcanti, 1994).

4.1 A CORUJA

Segundo alguns historiadores, o bairro de Jucutuquara teria ganhado esse nome devido a uma formação rochosa da região, a Pedra dos Olhos (ver fotografia 1). Assim, Jucutuquara seria uma alusão a palavra indígena JUCU-ITA-QUERA, que significa “pássaro do buraco da pedra”, uma referência aos “buracos” dessa rocha, chamados de “olhos” pelos nativos (Monteiro, 2010; Elton, 1999). A Pedra dos Olhos (ver fotografia 1) serviu como fonte de inspiração para que os integrantes da Jucutuquara adotassem a coruja como símbolo da agremiação (ver fotografia 2). Em referência a esse símbolo, a quadra da escola foi carinhosamente apelidada de “Ninho da Coruja”.



Fotografia 1 – Pedra dos dois olhos

Fonte: Fotografia tirada pelos autores



Fotografia 2 – Coruja

Fonte: <http://www.jucutuquara.com.br>

Considerada uma das circunvizinhanças mais antigas e tradicionais de Vitória/ES, o bairro de Jucutuquara é conhecido como “Nação Jucutuquara”. Segundo os fundadores da agremiação, uma nação precisa ter um território e uma cultura. No caso da Jucutuquara, o território seria o próprio bairro e a cultura seria o samba. A origem da expressão não é conhecida, mas acredita-se que tenha surgido nas rodas de samba. Para alguns moradores, o termo é uma expressão do bairrismo dos mais antigos (ELTON, 1999).

4.2 A QUADRA: O CONTEXTO NO QUAL A ESCOLA ACONTECE

A organização escola de samba, como qualquer outro fenômeno social, se desdobra e é parte inerente de um dado contexto (Schatzki, 2006). Assim, além da sede da agremiação, a Jucutuquara aconteceu em sua quadra, no barracão pesado e nos ateliês. Esses espaços, por sua vez, não são meramente lugares físicos, sendo dotados de identidade e significados para integrantes e foliões da escola, o contexto que nos permite compreender o “mundo” dessa agremiação e as práticas de produção do carnaval. É nesse sentido que a quadra enquanto contexto não se limita ao prédio em que os ensaios acontecem. O contexto vai além da ideia de lugar físico, abarcando todo o significado que esse espaço carrega: sua história de constituição, os (des)encontros que ali se fazem, os rituais e tudo o mais que contribui para perpetuação da prática de produção do desfile.

A quadra utilizada pela Jucutuquara é alugada, localizando-se no clube Anchieta, a cerca de 400 metros da sede da escola. Em referência ao clube, a quadra também é conhecida por “Anchietinha”. No centro da quadra há um palco, ornamentado com tecidos dourados e uma coruja, onde os intérpretes se apresentam durante os ensaios gerais de domingo. A quadra é conhecida como ninho da coruja (ver fotografia 3) em referência a esse símbolo.



Fotografia 3 – Palco da quadra da escola
Fonte: Fotografia tirada pelos autores

5. O TEMPO MUDANDO O ESPAÇO

Ao vivenciarmos o cotidiano da Jucutuquara, pudemos acompanhar vários eventos e atividades que se desdobram na quadra: ensaios gerais de domingo, da bateria, das baianas, da ala das crianças e das alas coreografadas, assim como feijoadas, comemoração do aniversário da agremiação, reuniões, exposição, venda e entrega de fantasias, e até mesmo o velório do então presidente da agremiação, que, infelizmente, faleceu na véspera do desfile carnavalesco de 2015.

Em cada um desses momentos, presenciamos diferentes ninhos da coruja, cada um deles dotado de significados particulares, com diferentes códigos simbólicos que organizavam e estruturavam a experiência nesse contexto (CAVALCANTI, 1994), que não se configurava, de forma alguma, como simples pano de fundo inerte e neutro (Santos, 1982, citado por Fantinel, Cavedon & Fischer, 2012). Assim, a quadra da Jucutuquara se apresentou como um espaço dotado de diferentes significados e códigos simbólicos: espaço de trabalho; de aprendizagem; de festa; e também de despedida. A seguir, apresentamos cada uma dessas facetas do ninho da coruja.

5.1 A QUADRA COMO UM ESPAÇO DE TRABALHO

Para que ensaios, feijoadas, exposição, venda e entrega de fantasias pudessem ser organizados e, posteriormente, apreciados pelos foliões, vários integrantes da agremiação trabalhavam voluntariamente durante todo o ciclo carnavalesco, intensificando suas atividades entre os meses de dezembro e fevereiro. No transcorrer das observações, passamos a questionar a ideia que opõem trabalho e lazer, uma vez que, rapidamente, pudemos perceber que por trás da festa existia o “trabalho de fazer a festa” (Blass, 2007).

Na Jucutuquara, por exemplo, a realização de um ensaio geral pressupunha o trabalho organizado de uma dezena de pessoas, que chegavam à quadra logo após o almoço, por volta das 14 horas, acendendo as luzes e ligando os ventiladores, organizando os instrumentos da bateria, as áreas VIPs, o bar, etc. Durante esses ensaios, a área em frente ao palco era reservada para a bateria, sendo demarcada por uma estrutura de ferro ornamentada com tecidos verde e vermelho, as cores da escola (ver fotografia 4). O mestre de bateria era quem cuidadosamente organizava os instrumentos em frente ao palco. Percebemos esse “trabalho de fazer a festa” já na primeira vez que acompanhamos os preparativos para o ensaio geral. Além de organizar os instrumentos da bateria, os integrantes da escola também recebiam e colocavam para gelar as bebidas que mais tarde seriam vendidas no bar, ornamentavam as áreas VIPs com tecidos e expunham as fantasias das alas comerciais (que também

estariam à venda durante os ensaios) em manequins. Por volta das 17 horas, esses mesmos integrantes retornavam para suas casas, para tomar um banho e se preparar para o ensaio propriamente dito, que começava a partir das 19 horas.



Fotografia 4 – Ensaio geral na quadra da escola

Fonte: Fotografia tirada pelos autores

5.2 A QUADRA COMO UM ESPAÇO DE APRENDIZAGEM

Durante os ensaios gerais, a quadra não se configurava apenas como um espaço de trabalho, mas também como um espaço de aprendizagem, uma vez que, ao se apresentarem para o público, intérpretes, instrumentistas, rainha de bateria, casais de mestre sala (MS) e porta bandeira (PB), passistas (ver fotografia 5) e baianas estavam ensaiando. É interessante ressaltar que, devido ao número de integrantes (cerca de 150) e ao pequeno espaço reservado para a performance da bateria, os instrumentistas faziam uma espécie de revezamento durante os ensaios.



Fotografia 5 – Apresentação da ala dos passistas durante um ensaio geral, na quadra da escola

Fonte: Fotografia tirada pelos autores

Além disso, a quadra era o espaço no qual a ala das crianças e da comunidade, as baianas (ver fotografia 6), as alas coreografadas e a bateria ensaiavam separadamente. Observamos a ocorrência desses ensaios individualizados aos domingos, antes do ensaio geral, e também durante a semana. Na quadra, dos lados direito e esquerdo do palco, havia uma grande estrutura de ferro, com a letra do samba-enredo de 2015 (ver fotografia 3). Durante os ensaios, a estrutura com a letra do samba era usada pelos integrantes das alas (pelas crianças e pelas baianas, por exemplo), que ensaiavam não apenas suas respectivas coreografias, mas também aprendiam a letra e o canto do samba.



Fotografia 6 – Ensaio da ala das baianas na quadra da escola

Fonte: Fotografia tirada pelos autores

Durante os ensaios gerais, nós mesmos nos posicionávamos próximo a essa estrutura de ferro, para acompanhar o canto do samba-enredo (tal qual um integrante da escola durante um ensaio, ou até mesmo um folião). Aliás, devido ao fato de esta ser a primeira pesquisa empírica qualitativa de um dos pesquisadores, a quadra da Jucutuquara também se revelou para nós pesquisadores como um espaço de aprendizagem.

5.3 A QUADRA COMO UM ESPAÇO DE FESTA

Além de se revelar como um espaço de trabalho e de aprendizagem, o ninho da coruja também aconteceu como um espaço de festa. A partir de janeiro, especialmente às vésperas do carnaval capixaba^{viii}, os ensaios semanais realizados na quadra da escola passaram a atrair mais foliões e até mesmo mais integrantes da agremiação (provenientes do próprio bairro de Jucutuquara, dos bairros vizinhos e de bairros mais abastados de Vitória/ES). Durante os ensaios, as pessoas conversavam, riam, bebiam, dançavam e cantavam, acompanhando os sambas (da Jucutuquara ou de outras escolas) que

eram executados pelos intérpretes e pela bateria, o que reforçava a rede de sociabilidade, os vínculos sociais e afetivos existentes entre os componentes da agremiação (Blass, 2007).

Participamos também de feijoadas e da comemoração do aniversário da escola, eventos que se desdobraram na quadra e que, assim como os ensaios gerais, revelavam o caráter festivo desse espaço. Era durante esses episódios que a produção do desfile carnavalesco (assim como suas práticas organizativas) ganhava movimento, “caindo no samba”, acontecendo de modo dinâmico e fluido.

5.3.1 ENSAIOS DE DOMINGO: ANTES E DEPOIS DAS 19 HORAS

Por volta das 19 horas, o portão que dava acesso à quadra era fechado, o acesso livre e gratuito a esse espaço tornava-se mais restrito e a bilheteria começava a funcionar. No bar, bebidas alcólicas e não alcólicas começavam a ser vendidas. Ao lado do palco, um ambulante que vendia pipoca (doce e salgada) se posicionava. No fundo da quadra, onde havia uma espécie de cozinha improvisada, era possível comprar churrasquinho. Os foliões começavam a chegar, e os integrantes da agremiação, que haviam ido para suas casas se preparar para o ensaio propriamente dito, retornavam. Com isso, o ninho da coruja parecia ganhar novos ares. Dessa forma, o portão fechado não anunciava apenas o início dos ensaios gerais, mas também simbolizava certa separação entre os tempos da quadra: O tempo de trabalho e de aprendizagem (muito presentes antes das 19 horas) e o tempo de festa.

Todavia, era por volta das 20 horas, com a chegada do estandarte da escola, que o tempo de festa (que a quadra enquanto um espaço de festa) tornava-se ainda mais evidente. O 1o casal de MS e PB era o responsável por adentrar com o pavilhão na quadra, posicionando-o em frente ao palco. Logo em seguida, usando um apito, o mestre de bateria reunia seus instrumentistas, assim como os intérpretes da agremiação. Inicialmente, intérpretes e instrumentistas executavam sambas de outras escolas, especialmente das agremiações do Rio de Janeiro. As pessoas conversavam, riam, bebiam e dançavam. Quando um samba mais conhecido era executado, todos cantavam com entusiasmo. Após uma hora de apresentação, um intervalo de aproximadamente 30 minutos era feito.

Após esse intervalo, era possível observar o ápice desse ritual carnavalesco, cujas figuras centrais eram o MS e a PB (ver fotografia 7). Na 2a parte dos ensaios gerais, intérpretes e instrumentistas começavam suas performances com a execução do samba alusivoix da Jucutuquara, sendo acompanhados, em coro, pelos foliões e integrantes da agremiação: “Eu tenho um grande amor nessa vida / Minha escola querida, gosto tanto de você / Tá aí, tá na rima, tá na cara / Você é Jucutuquara / Meu amor / Meu bem querer”.



Fotografia 7 – 1º casal de MS e PB

Fonte: Fotografia tirada pelos autores

Assim que o samba começava a ser executado, iniciava também a *performance* do 1º casal, que acontecia em frente ao palco, no centro de uma grande roda que era delimitada pelos harmonias^x da escola. A função de um MS é cortejar e proteger sua dama, defendendo, assim, o pavilhão da escola. A PB cabe a honra de conduzir o estandarte, bailando com elegância e desenvoltura. Diferente dos passistas, que sambam sozinhos, a dança do MS é a dança com sua PB, e vice-versa (CAVALCANTI, 1994); devendo o casal sambar de modo sincronizado. Durante sua apresentação, o casal era o centro das atenções. Todos que estavam na quadra paravam para admirá-lo, amontoando-se em torno da grande roda, tirando fotos e cantando os sambas que eram executados, desfrutando o simples fato de estar ali.

Após alguns minutos de *performance* individual, o casal passava a interagir com os diretores da agremiação, levando até eles o pavilhão da escola. Em sinal de reverência, os diretores beijavam a bandeira, um por um. Nesse momento, o samba que costuma ser executado era o samba-enredo do ciclo carnavalesco de 2015. Após o cortejo da diretoria, o casal passava a interagir com os demais integrantes da escola (destaques, velha guarda, passistas, compositores, harmonias, etc.), que também estavam na grande roda, levando até eles o estandarte. Todos beijavam a bandeira, dando sequência ao ritual, que nesse momento não estava mais restrito às figuras centrais da Jucutuquara.

Conforme destaca Cavedon (2014, p. 70):

[...] Os elementos do cotidiano fazem parte do ritual, porém ganham uma dimensão diferenciada em face do tempo extraordinário [...], trata-se de um momento especial [...], algo com significado destacado. [...] Em alguns rituais, vai haver sempre figuras centrais [...] de modo a ficar claro para todos os que participarem da situação ritualizada quem são os donos do ritual.

5.3.2 FLUXOS E FIXOS: “AGORA EU TÔ MONTADA”

Conforme mencionado, a produção do desfile carnavalesco de uma escola de samba é um conjunto organizado de práticas sociais, ou seja, um conjunto de múltiplas atividades humanas e arranjos materiais. Aqui, destacamos a presença desses arranjos materiais, especialmente as roupas e os demais indumentários que os integrantes da Jucutuquara usavam depois das 19 horas, quando a quadra ganhava ares de espaço de festa. Conforme ressalta Bresler (2009, p. 115), “Os artefatos, roupas entre eles, possuem diferentes significados dependendo de seu contexto [...] uma roupa de trabalho, em outro domínio, se torna símbolo

que pode integrar ou diferenciar pessoas. [...] são regras da dinâmica social, apreendidas no convívio com o grupo”.

Entre as 14 e 19 horas, quando a quadra se apresentava, majoritariamente, como um espaço de trabalho e de aprendizagem, os integrantes da agremiação costumam se vestir de modo bastante informal, usando bermudas e *shorts* curtos, camisetas regatas e chinelos. Além disso, não era comum observar alguém usando maquiagem. Por volta das 17 horas, esses mesmos integrantes despediam-se uns dos outros, afirmando que iriam para suas casas, para tomar um banho e se preparar para o ensaio propriamente dito. Ao retornarem para a quadra, que nesse momento se revelava como um espaço de festa, os integrantes da escola trajavam calças compridas brancas, limpas e bem passadas. Os chinelos davam lugar a sapatos igualmente brancos, que, no caso das mulheres, eram, geralmente, de salto alto. As camisetas eram trocadas por camisas da escola, estampadas com o nome das diretorias (cada integrante usava a camisa da diretoria à qual pertencia), o título do enredo do carnaval, trechos do samba alusivo e/ou o mascote da agremiação, a coruja. Além disso, as mulheres se maquiavam e faziam penteados.

Durante as primeiras observações, após esse “ritual de troca de roupa” (Bresler, 2009), tivemos dificuldades de reconhecer algumas pessoas. Certa vez, a pesquisadora que realizou as observações não reconheceu sua própria informante, uma das pessoas mais próximas a ela. Foi ela quem se aproximou e a cumprimentou, fazendo a seguinte afirmação: “Agora eu tô montada! Eu mesma não reconheço algumas pessoas quando as encontro na rua, fora da quadra” (notas de campo).

Diante disso, é interessante notar que Santos (2006), citado por Fantinel (2012, p. 44), coloca a possibilidade de considerarmos o espaço como um conjunto de fixos e fluxos, uma vez que: *“os elementos fixos permitem ações que modificam o espaço; os fluxos são resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando sua significação”*. Dessa forma, entendemos que os fluxos seriam as atividades humanas organizadas, sendo os fixos os arranjos materiais que suportam o acontecimento, o desdobramento das práticas sociais e organizativas.

5.4 A QUADRA COMO UM ESPAÇO DE DESPEDIDA

5.4.1 “UMA VIDA, UMA HISTÓRIA, UMA ESCOLA”

Infelizmente, há apenas dois dias do desfile carnavalesco, o presidente da Jucutuquara faleceu. Nesse dia, um dos pesquisadores acompanhava os trabalhos no barracão pesado da agremiação, local onde os carros alegóricos estavam sendo produzidos. As poucas pessoas que estavam trabalhando traziam um semblante triste, diziam não acreditar no que havia acontecido, mas sequer mencionavam a possibilidade de a escola deixar de desfilar. Para eles, “colocar a escola na avenida” era uma questão de honra, um modo de homenagear o trabalho do presidente, que também havia sido mestre de bateria e era um dos filhos da matriarca que fundou a escola.

Nesse mesmo dia, na quadra da escola, o corpo do presidente foi velado. Dessa vez, o entrecruzamento entre espaço e tempo permitiu atribuir um significado completamente diferente e não usual ao ninho da coruja, ao contexto no qual a produção do desfile carnavalesco se desdobrava. A quadra se revelava como um espaço de despedida!

Durante o desfile carnavalesco, a diretoria da agremiação preparou uma surpresa, homenageando seu presidente. No último dos quatro carros alegóricos da escola havia um grande banner, com uma foto do presidente, sorrindo, e a seguinte frase: “uma vida, uma história, uma escola” (ver fotografia 8).



Fotografia 8 – Último carro alegórico

Fonte: Fotografia tirada pelos autores

Atualmente, esse mesmo banner está na quadra da escola, fixado na parede que fica atrás do palco, revelando que esse é um espaço de despedida (assim como de trabalho, de aprendizagem) e também de homenagem.

6. QUARTA-FEIRA DE CINZAS

O objetivo deste trabalho foi analisar como o entrecruzamento entre tempo e espaço permitiu atribuir diferentes sentidos e significados ao contexto no qual as práticas de produção do desfile carnavalesco da Unidos de Jucutuquara se desdobraram, mais especificamente, aos diversos eventos e atividades que ocorreram na quadra da agremiação durante o ciclo carnavalesco de 2014/2015.

Assim, buscamos evidenciar a importância das categorias tempo e espaço na análise organizacional, sendo a escola de samba um exemplo de organização tipicamente brasileira ainda pouco explorada pelos estudos organizacionais (assim como as práticas organizativas empregadas na produção do desfile carnavalesco) (Tureta & Araújo, 2013). As categorias de análise temática revelaram as heterogeneidades presentes no espaço estudado, uma vez que a quadra despontou como um espaço de trabalho, aprendizagem, festa e também de despedida. Dessa forma, os foliões e os integrantes da agremiação estabeleceram relações diferenciadas nesse e com esse contexto, atribuindo diversos sentidos e significados ao ninho da coruja enquanto um lugar antropológico; o que, por sua vez, revela uma temporalidade própria, uma relação peculiar desses atores sociais com o tempo e com o espaço.

Todavia, a separação entre os tempos da quadra é alegórica, metafórica. O tempo envolve conjuntamente passado, presente e futuro (Schatzki, 2006). Por exemplo, durante a performance do casal de MS e PB, um dos acontecimentos centrais dos ensaios gerais de domingo, a quadra não se

revelava apenas como um espaço de festa, uma vez que, enquanto se apresentavam, o casal também estava ensaiando para o desfile carnavalesco e trabalhando. Nessa performance, manifestam-se os tempos passado (o casal carrega a história e a tradição da agremiação), presente (o casal é uma das principais atrações dos ensaios) e futuro (o casal está ensaiando para o desfile que acontecerá meses depois, na avenida). Assim, os sentidos e os significados atribuídos a esse contexto também se sobrepunham, conforme ocorre com as práticas organizativas, uma vez que não há fronteiras rígidas separando as atividades ou os espaços de inteligibilidade - as arenas sociais nas quais os indivíduos vivem, interagem e convivem (Schatzki, 2005).

Segundo DaMatta (1987, p. 24), “[...] Cada sociedade tem uma gramática de espaços e temporalidades para poder existir como um todo articulado [...]”. Ainda segundo o autor,

“Não há dúvidas de que é isso que inventa o tempo e o espaço como categorias sociológicas e não mais como conceitos dotados de conteúdo homogêneo e único” (DaMatta, 1987: 25). No caso do tempo, DaMatta (1987) ressalta que o contraste mais abrangente talvez seja entre situações (extra)ordinárias e extraordinárias inventadas pela própria sociedade. Nessas ocasiões, “O tempo medido e quantificado é substituído por uma duração vivida e concebida como emocional [...]” (DaMatta, 1987: 25).

É nesse sentido que o tempo do desfile carnavalesco possui uma “qualidade especial”. Dentro desse tempo, há o desfile cronometrado, que demarca a duração da competição (Cavalcanti, 1994). Por outro lado, também é nesse período que “[...] uma escola, assim como o tempo, deve ‘passar’, ou seja, acontecer de forma única e irreversível [...]” (Cavalcanti, 1994: 43). A cada desfile, as pessoas se emocionam, sofrem, vivem o momento de modo intenso. No “esquenta” da bateria, na concentração para o desfile, as incertezas se misturam com a esperança de que “tudo dará certo”, a emoção com a organização e o planejamento, os foliões descompromissados com o comissão de carnaval (Blass, 2007). Esse acontecimento é o desfile carnavalesco, a grande síntese de uma escola de samba (Vergara, Moraes & Palmeira, 1997).

Vale ressaltar que o entrecruzamento entre tempo e espaço permitiu atribuir diferentes sentidos e significados não apenas ao desfile carnavalesco, mas também as práticas de produção do desfile como um todo, uma vez que uma escola de samba está para além da performance de seu desfile, abarcando as práticas organizativas por meio das quais o desfile é produzido (Júlio & Tureta, 2015; Tureta & Araújo, 2013), ou seja, o “trabalho de fazer a festa” (Blass, 2007). É o tempo mudando o espaço! (Fantinel & Cavedon, 2010).

As (de)limitações deste estudo relacionam-se com a ausência de entrevistas com roteiro estruturado ou semi-estruturado, assim como com o recorte nos eventos e atividades que ocorreram na quadra da agremiação, uma vez que a produção do desfile de uma escola de samba é composta por um conjunto de atividades inter-relacionadas, que se desdobram em outros espaços (na sede da escola, no barracão pesado, nos ateliês e na avenida, por exemplo). Sendo este um trabalho em construção, ressaltamos que outras entrevistas e observações já foram realizadas. Por fim, estudos futuros poderiam articular a Ontologia de Contexto de Schatzki (2005) aos sentidos e significados que são atribuídos e circulam em outros espaços organizacionais, assim como em outras formas de organização.

REFERÊNCIAS

- BRESLER, R. (2009). A roupa surrada e o pai: etnografia em uma marcenaria. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. Cultura organizacional e cultura brasileira. São Paulo: Atlas, 111- 126.
- BLASS, L. M. S. (2007). Desfile na avenida, trabalho na escola de samba: a dupla face do carnaval. São Paulo: Annablume.
- BUCHANAN, D. A. (2001). The Role of Photography in Organization Research. *Journal of Management Inquiry*. 10(2), 151-164.
- CAVALCANTI, M. L. V. C. (1994). Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile. Rio de Janeiro: Minc/Funarte.
- (2008). Carnaval Carioca: dos Bastidores ao Desfile. 4 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- CAVEDON, N. R. (2014). As representações sociais circulantes no período de margem do ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(2), mar./abr.
- DALLA CHIESA, C. & FANTINEL, L. (2014). "Quando eu vi, eu tinha feito uma etnografia": notas sobre como não fazer uma "etnografia acidental". VIII ENEO. Anais... Gramado.
- DALE, K. & BURRELL, G. (2008). The spaces of organization and the organization of space: Power, identity and materiality at work. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- ELTON, E. (1999). Logradouros Antigos De Vitória. Vitória: EDUFES.
- FANTINEL, L. D. (2012). Os significados do espaço e as sociabilidades organizacionais: estudo de um café em Salvador. 216 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FANTINEL, L. & CAVEDON, N.R. (2010). A cultura organizacional do restaurante Chalé da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. *Revista de Administração Mackenzie*, (11), 6-37.
- FANTINEL, L., CAVEDON, N.R. & FISCHER, T. (2012). Produção de Significações do Espaço e Sociabilidade em um Café Artesanal de Salvador. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, (1), 51-74.
- FERREIRA, F. (2004). O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro. Rio de Janeiro: Ediouro.
- GOLDWASSER, M. J. (1975). O palácio do samba: estudo antropológico da escola de samba Estação Primeira de Mangueira. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- JÚLIO, A. C. Estratégia como prática na produção do desfile de uma escola de samba. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- JÚLIO, A. C. & TURETA, C. (2015). Estratégia como prática na produção do desfile de uma escola de samba. VII Encontro de Estudos em Estratégia. Anais... Brasília.
- KRIPPENDORFF, K. (2004). Content analysis: An introduction to its methodology. London: Sage.
- MONTEIRO, L. (2010). Carnaval capixaba: Histórias, honras e Glórias. Serra: Ed. do Autor.

NICOLINI, D. (2013). *Practice Theory, Work, & Organization: an introduction*. Oxford: Oxford University Press.

RECKWITZ, A. (2002). *Toward a Theory of Social Practices: A development in culturalist theorizing*. *European journal of social theory*, v. 5, n. 2, 243-263.

SCHATZKI, T. R. (2005). *The Sites of Organizations*. *Organization Studies*. 26(3). (2006). *On organizations as they happen*. *Organization Studies*, 27(12), 1863- 1873.

STAKE, R. E. (1994). *Case studies*. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, London, New Delli: Sage.

TURETA, C. & ARAÚJO, B. F. V. B. de. (2013). *Escolas de samba: trajetória, contradições e contribuições para os estudos organizacionais*. *Organizações & Sociedade*, v. 20, n. 64, 111-129.

VERGARA, S. C., MORAES, C. M. & PALMEIRA, P. L. (1997). *A cultura brasileira revelada no barracão de uma escola de samba: o caso da família Imperatriz*. In: MOTTA, F. C. P. & CALDAS, M. P. (Org.) *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas,. 239-253.

i História que está sendo contada pela escola durante o desfile carnavalesco.

ii Samba que retrata o enredo escolhido para o desfile de uma escola. O samba-enredo é feito especificamente para o desfile carnavalesco.

iii Também chamadas de carros alegóricos, representam parte do enredo. Nesses carros costuma haver esculturas e pessoas fantasiadas.

iv Local onde as fantasias são confeccionadas.

v Local onde os carros alegóricos são produzidos.

vi São quesitos previamente definidos e levados em conta na apuração do desfile. No carnaval de Vitória/ES, os quesitos são: Bateria; Samba-Enredo; Harmonia; Evolução; Enredo; Conjunto; Alegorias e Adereços; Fantasias; Comissão de Frente e Mestre-Sala e Porta-Bandeira.

vii Pessoas que desfilam com fantasias luxuosas nos pontos mais altos dos carros alegóricos ou no chão, em frente as alas. Nos carros há um destaque central (cuja fantasia é a mais luxuosa) e alguns semi-destaques.

viii O carnaval capixaba acontece uma semana antes do carnaval do calendário “oficial”, sendo considerado o primeiro carnaval do Brasil.

ix Samba mais curto, de apenas uma estrofe, costuma narrar o amor e o bem querer dos integrantes em relação à escola de samba, exaltando a agremiação. Esse samba costuma ser cantado pelos intérpretes antes do samba- enredo, durante os ensaios e no desfile carnavalesco.

x Integrantes da diretoria de harmonia.